

A DOUTRINA DA ELEIÇÃO

Dr. Thomas Paul Simmons

A eleição é o princípio fundamental da graça salvadora de Deus. É a soberania de Deus em relação à salvação do homem. Ela faz parte dos decretos de Deus. Ela é uma expressão de Sua providência superveniente. Ela concerne somente a uma porção da raça humana; todavia, ela “é a expressão do amor infinito de Deus para com a raça humana, remindo o homem do pecado por meio de Cristo e trazendo-o pelo Espírito Santo ao seu estado de redenção até onde for coerente com os interesses do final grande reino de Deus”. (Smith, *System of Christian Theology*, pág. 505). A eleição pressupõe a pecaminosidade inteira da raça humana e está baseada na expiação de Cristo.

I. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1. A DOUTRINA BÍBLICA DA ELEIÇÃO NÃO POPULARMENTE ENTENDIDA E RECEBIDA.

A doutrina bíblica da eleição é muito mal entendida, muito pervertida, muito abusada e muito oposta. Não obstante, aos “adultos, que tem os sentidos exercitados em razão do costume para discernirem tanto o bem como o mal” (Heb. 5:14), ela é uma doutrina abençoada, gloriosa e proveitável, uma verdadeira mina de riqueza espiritual.

2. É EMINENTEMENTE ESCRITURÍSTICA.

Tem esta doutrina largo e fundo alicerce na Escritura, está tecida na própria trama e entremeio da revelação divina. Como um fio escarlate este gracioso propósito de Deus atravessa o edifício da Palavra. “A Bíblia não só ensina a doutrina, mas fá-la proeminente, tão proeminente que só podeis livrar-vos da eleição por livrar-nos da Bíblia” (Bishop, *The Doctrine of Grace*). Leia-se a Escritura com referência a esta doutrina e marque-se toda passagem que indique a relação de Deus com os homens como um soberano absoluto, também toda declaração que atribua a eleição ou os frutos dela à

Sua escolha e não à vontade e aos atos humanos; toda a ilustração fornecida de que isto é método costumeiro de Deus; e resultará que escassamente qualquer livro da Escritura deixará de fornecer testemunho ao fato que, nos atos da graça, não menos que naqueles da providência, Deus, “faz segundo Sua vontade no exército do céu e entre os habitantes da terra” (Dan. 4:3-5) (Boyce, Abstract of Systematic Theology).

3. CONTUDO, ELA TEM MUITOS OPOSITORES.

Mas desde que esta doutrina é tão flagrante e humilhante para o homem natural, tão completamente agreste à mente carnal, tem ela muitos opositores. É mesmo como disse o imortal J. R. Graves: “Todos os homens são por natureza arminianos e a absoluta soberania de Deus é uma doutrina odiosa ao coração natural e depravado. Os falsos mestres têm-se aproveitado deste sentimento natural e por séculos inflamaram os preconceitos de homens e mulheres cristãos contra o exército da soberania da parte de Deus” (The Seven Dispensations, pág. 95, 96). Muitas teorias falsas da eleição têm-se levantado. Estas teorias surgiram através de um esforço para “medir os mistérios sobrenaturais com a vara torta da razão degenerada” (Ness).

4. O SENTIDO DE ARMINIANISMO.

E qualquer sistema de doutrina que condiciona o propósito salvador de Deus em atos ou méritos de homens é essencialmente arminiano. Assim como qualquer sistema que faz do soberano prazer de Deus base do Seu propósito salvador é essencialmente calvinístico. Se alguém se apega ao primeiro, é arminiano, ainda que não vá a tudo com Arminio; se ao último, é calvinista, ainda que não vá a tudo com Calvino. Não há meio termo entre arminianismo e calvinismo no seu sentido aceito entre os teólogos. Todo aquele que adota qualquer idéia da eleição, seja qual for, é uma coisa ou outra. G. W. Northrup, ele mesmo um arminiano, praticamente, diz, ao discutir se a eleição se condiciona em alguma coisa no homem: “O arminianismo pode ser considerado como representando todos os sistemas não calvinísticos quanto ao que respeita ao ponto sob consideração” (Sovereignty of God, pág. 48). E na segunda parte deste livro, escrito pelo Prof. Robert Watts, de Belfast, Irlanda, em resposta à primeira parte, temos os “Esboços”

de A. A. Hodge citados como segue: “Qual a base da eterna predestinação de indivíduos para a salvação? É a fé prevista e o arrependimento dos indivíduos mesmos, no soberano prazer de Deus? Todo cristão deve tomar um lado ou outro desta questão. Se ele tomar o lado que faz da fé prevista, fundamento, (ou se ele, como é comum hoje, faz da fé a causa existente de uma eleição no tempo, o que é essencialmente o mesmo como a precitada proposição), ele é arminiano, não importando o que ele mais sustente. Se ele tomar por base o lado que faz o bom prazer de Deus, ele é calvinista”.

5. CALVINISMO E ARMINIANISMO TERMOS TEOLÓGICOS.

É necessário compreender que calvinismo e arminianismo são termos teológicos. Não significam tudo quanto Calvino ou Arminio creram ou escreveram. Refere-se a dois sistemas antitéticos de doutrina, um tanto modificado na sua transmissão e tendo a eleição incondicional e condicional, respectivamente, como seus pontos principais. De modo que se tornou comum na discussão teológica classificar homens e sistemas de doutrinas como calvinísticos ou arminianos na base desses dois pontos principais.

6. O NOME “CALVINISMO” DEFINIDO E DEFENDIDO.

Alguns crentes na eleição incondicional rejeitam o nome de calvinismo, mas sem boa causa. Ter a alguém como calvinista não quer dizer que é um seguidor de Calvino, nem que concorda com tudo que Calvino escreveu, nem ainda que Calvino fosse o originador do sistema de doutrina que traz o seu nome. Agostinho, muito antes de Calvino, ensinou substancialmente o mesmo sistema. Quando alguém se tem na conta de calvinista, não quer nem mesmo dizer que ele creia, necessariamente, em todos os cinco pontos de Calvino: pode significar que ele creia somente nesse sistema na sua maior parte. Dizer que alguém não é calvinista, mas um paulinista, nada significa. Não há conflito entre calvinismo e paulinismo. Um paulinista é necessariamente um calvinista. O calvinista não inclui expressamente tudo quanto Paulo ensinou a respeito de Deus, do homem e da salvação; assim como não inclui expressamente tudo da fé de qualquer homem, em respeito a esses. Por exemplo, Calvino não trata expressamente do aspecto subjetivo da salvação, mas isto não é motivo para alguém renunciar ao nome; porquanto,

ao passo que ele não trata expressamente desse aspecto, também não antagoniza qualquer verdade da Bíblia com referência a este aspecto. De maneira que alguém pode ser calvinista e ainda crer em toda a verdade da Bíblia. De fato, se um homem crê em toda verdade da Bíblia, ele é um calvinista, pouco importando quanto ele desgoste do nome, nem quão altamente ele o renuncie.

7. O ESPÍRITO E A NATUREZA DO ARMINIANISMO.

O espírito do arminianismo é o espírito do modernismo. O arminianismo é um sistema do racionalismo, que, como o modernismo, faz da razão, em vez da revelação divina, o padrão da verdade.

“A igreja corrompeu-se e amaldiçoou-se em quase todo tempo pela confiança indevida dos homens nas suas faculdades raciocinantes. Eles empreenderam pronunciar sobre a razoabilidade ou inrazoabilidade de doutrinas infinitamente acima de sua própria razão, as quais são necessariamente matérias de pura revelação. Na sua presunção buscaram compreender “as coisas profundas de Deus” e interpretaram as Escrituras não segundo o seu sentido óbvio, claro, senão segundo as decisões de sua finita razão” (Rice, *God Sovereign and Man Free*, p. iii).

Acautele-se o leitor contra esse espírito soberbo que rejeita a verdade revelada porque a mente torcida e viciada do homem não pode sondá-la inteiramente. Isto é a fonte principal de ateísmo e modernismo. “Foi por meio do orgulho raciocinador que o homem caiu,” e podemos acrescentar que da mesma maneira hoje o homem está caindo para mais longe de Deus. A razão é um dom divino e, quando usada direito, é uma pérola de grande preço. Sua própria esfera na religião jaz na justa divisão da palavra; mas, quando ela se afirma como um paradigma pelo qual se afere a credibilidade da revelação divina, ela se torna em laço do diabo e em estrada segura para o inferno. “A revelação constante ataca a arrogância que ímpia rebaixa a credibilidade da palavra divina, a menos que o nosso mísero intelecto possa compreender as coisas que compete à glória de Deus ocultar. O designo do Evangelho é humilhar esta tempera e nutrir em nós o espírito de “uma criancinha”, sem o qual a mente prosseguirá tateando o seu caminho sombrio e

perigoso, até que se perde em dédalos sem fim, desorientado e sem solução inexplicável em labirintos escuros e intermináveis” (Richard Fuller, Baptist Doctrines, by C. A. Jenkins).

O arminianismo é a mentira mais ardilosa que o diabo jamais inventou em toda a sua milenar oposição a Deus. É o seu supermo esforço para apagar a deidade de Deus. “O arminianismo é a religião do homem, que pode ser executada pelo homem. O homem é a força principal: com o homem começa e com o homem perecerá” (Parks). Ele eleva o homem e insulta a Deus. Ele nutre o orgulho humano e detrata da glória divina.

O arminianismo é a chocadeira do papismo, de quem a quentura de favor pode facilmente virar em sapos do abismo sem fundo” (Rous). “É o Benjamin do Papa ... o elixir de anticristianismo; o mistério do mistério da iniquidade; o gabinete do Papa; a verdadeira quinta essência do equívoco” (Leighton). “Põe a Deus na mesma extremidade com Dario, que alegremente teria salvado a Daniel, mas não pode. Daniel 6:14” (Ness). Arranca “o grande Jeová mesmo do Seu trono, estabelecendo a dama Sorte para ser adorada em Seu lugar” (Ness). “Reduz o governo do mundo a mera sorte, ao selvagem capricho e desordem. Segundo este sistema a natureza, a providência e a graça são só seções do ateísmo; Deus não tem ingerência na terra e nos Seus negócios; ou – se isto for monstruoso e revoltante demais – Deus exerce autoridade sobre a matéria, mas não sobre as mentes e os corações dos homens ... conseqüentemente, a profecia é um absurdo; a providência uma quimera; a oração uma zombaria; desde que Deus não interfere nos eventos mortais, mas desampara tudo aos humores desenfreados e às paixões de miríades de agentes independentes, de nenhum dos quais restringe os caprichos e impulso, por quem sua vontade é constantemente derrotada e impulsos, por quem sua vontade é constantemente derrotada e tripudiada” (Richard Fuller, Baptist Doctrines, by C. A. Jenkins).

Não admira, então que B. F. Riley diga: “Whitfield foi um metodista calvinístico, o que quer que isto seja, ainda que seja tão perfeitamente fácil de definir como um batista arminiano. Nem está livre de falácia e são claramente um ponto esquivo” (The Baptist in the Building of the Nation).

II. A ELEIÇÃO DEFINIDA

“Deus de Seu próprio propósito, determinou desde a eternidade salvar um número definido da espécie humana, como indivíduos, não por ou por causa de qualquer mérito ou obra deles, nem de qualquer valor deles a Cristo, mas de Seu próprio beneplácito” (J. P. Boyce, *Abstract of Systematic Theology*, pág. 347).

“A eleição é aquele eterno ato de Deus, pelo qual, de Seu soberano prazer e devido a nenhum mérito previsto neles, Ele escolhe certos dentre o número de homens pecadores para serem os recipientes da graça especial do Seu Espírito e feitos participantes da salvação de Cristo” (Strong A. H., *Systematic Theology*, pág. 427).

III. A ELEIÇÃO É ETERNA

Com isto queremos dizer que a eleição é sem origem atual: tem sido sempre, assim como Deus tem sido sempre.

1. PROVAS ESTABELECIDAS

A eternidade da eleição se prova por:

(1) A imutabilidade de Deus.

“Com isto queremos dizer que a natureza, os atributos e a vontade de Deus estão isentos de toda a mudança ... Toda mudança deve ser para melhor ou para pior, mas Deus é a perfeição absoluta e nenhuma mudança para melhor é possível. Mudança para pior seria igualmente incoerente com a perfeição” (Strong, *Systematic Theology*). E porque Deus possui sempre todo o conhecimento e todo o poder, não pode haver ocasião de mudança nEle.

Para prova escriturística e ulterior discussão da imutabilidade de Deus vide capítulo sobre “A Natureza e Atributos de Deus”.

A imutabilidade de Deus nos ensina que o que quer que Deus queira em qualquer tempo, Ele sempre quis. “Não pode haver mais um novo pensamento, um novo intento, ou um novo propósito em Deus, do que haver um novo Deus” (Ness). Conseqüentemente, quando Deus salva um homem, Ele deve ter sempre intencionado e proposto salva-lo. O propósito e o intento de salva-lo envolve eleição dele para salvação; logo, a eleição é eterna. Afirmar doutra maneira é negar a imutabilidade de Deus.

(2) A Presciência de Deus.

Em Romanos 8:29 afirma-se que Deus pré conheceu os que Ele salva. Esta presciência envolveu um propósito de os salvar e este propósito de os salvar envolveu eleição. Esta presciência teve um princípio? Se teve, então houve um tempo em que Deus não foi onisciente e, portanto, nem perfeito e infinito. Sem perfeição e infinitude não pode haver Deus. Logo, a presciência de Deus é eterna e, conseqüentemente, eterna é a eleição; porque está envolvida na presciência, como indicado supra.

Vemos assim quão deletério é o ensino que a eleição tem lugar no tempo. Todo negador da eternidade da eleição é um ateu, logicamente. Ele não tem Deus, realmente; porque, tendo logicamente negado a imutabilidade, a perfeição e a infinitude de Deus, teoricamente roubou-O de Sua divindade. Contudo, os que ensinam a eternidade da eleição, são acusados de erguer novos testes de amizade.

(3). Afirmações plenas da Escritura.

Apelamos aqui para as duas passagens seguintes:

“Como nos elegeu nEle antes da fundação do mundo” (Efésios 1:4).

“Por vos ter Deus elegido desde o princípio para a salvação” (II Tessalonicenses 2:13).

O que teve lugar antes da fundação do mundo teve lugar antes do princípio do tempo, pois no princípio do tempo o mundo foi criado (Gênesis 1:1). A primeira passagem supra, então, põe a eleição definitivamente na eternidade. A segunda passagem

quer dizer que, para sempre, desde o princípio, nossa eleição foi um ato completo. Assim teve lugar antes do princípio e, desde que na eternidade não há antes nem depois, nunca houve um tempo em que a eleição não tivera lugar. Este é o sentido de eterno.

2. OBJEÇÕES RESPONDIDAS

A eternidade da eleição está objetada por alguns:

(1). Que a eleição tem lugar quando somos salvos, porque estamos eleitos “em” Cristo.

Isto está afirmado em Efésios 1:4, que citamos há pouco. Notai, porém, que esta mesma passagem faz a eleição eterna. Por que invocarão os homens uma passagem isolada da Escritura contra si mesma?

A afirmação que fomos eleitos “em” Cristo não quer dizer senão que Cristo foi o fundamento de nossa eleição (sendo a eleição na base de Sua obra salvadora), e que nós fomos pré-conhecidos como estando em Cristo no propósito de Deus. A linguagem aqui é a linguagem d’Aquele que no Seu propósito, “chama as coisas que não são como se fossem” (Romanos 4:17). Temos um outro exemplo disto em Romanos 8:29,30, onde a chamada, a justificação e a glorificação dos eleitos todas estão postas no passado. Nós não estávamos atual e experiencialmente em Cristo na eternidade; nem fomos atual e experiencialmente chamados, justificados e glorificados na eternidade; mas estávamos no propósito de Deus e isto é o significado da passagem há pouco citada.

(2). Que somos eleitos quando somos salvos na base que a Escritura nunca aplica o termo “eleito” a ninguém, exceto aos salvos.

Verdade é que o termo “eleito” faz referência exclusiva às pessoas salvas em alguns lugares da Escritura. Tal uso do termo pode ser visto em Mateus 22:24; Lucas 18:7; Romanos 8:23; I Pedro 1:2. Estas passagens se referem somente àqueles em que a eleição se aplicou e se fez experimental; mas não é a este só que se aplicou o termo “eleito” e os seus equivalentes. Em Efésios 1:4 e II Tessalonicenses 2:13, como já vimos, os eleitos dizem-se ter sido tais desde a eternidade. Então o termo “ovelha” é equivalente

ao termo “eleito” e em João 10:16 temos a aplicação de Cristo do termo “ovelha” aos gentios perdidos que ainda estavam para ser salvos. Diz essa passagem:

“Tenho outras ovelhas que não são deste aprisco (a nação judaica): a elas também devo trazer e elas ouvirão a minha voz; e haverá um rebanho e um pastor.”

Mas, para maior destroço dos arminianos, achamos que II Timóteo 2:10 aplica o termo “eleito” na sua forma possessiva aos que não estavam salvos ainda. Diz esta passagem:

“Tudo aturo por amor dos escolhidos, para que também eles alcancem a salvação em Cristo Jesus com glória eterna”.

(3). Que somos eleitos quando somos salvos na base que a Escritura põe a chamada antes da eleição.

É fato que, algumas vezes, em se referindo tanto à chamada como à eleição dos crentes, ou em aludindo aos chamados e eleitos, a Escritura menciona primeiro os chamados. Vide Mateus 22:14; II Pedro 1:10; Apocalipse 17:14. Os “chamados” de Mateus 22:14 (a palavra grega sendo um adjetivo usado substantivamente) são aqueles a quem soa através de pregação do Evangelho a chamada somente geral, externa e, na maior parte, ineficaz. Esta classe se compõe de muitos. Mas dos tais, apenas uns poucos, comparativamente falando, pertencem aos escolhidos, como se evidencia pelo fato que somente os poucos crêem no Evangelho. As outras duas passagens citadas mencionam a chamada e a eleição na ordem em que se realizam na experiência. Um conhece sua eleição somente pela chamada (vivificação) que recebeu do Espírito Santo. Que as passagens dadas supra não fixam a ordem cronológica, ou mesmo a lógica, da chamada e eleição, está evidente das provas que foram dadas da eternidade da eleição, e de Romanos 8:29,30, onde a ordem é, manifestamente, a verdadeira ordem lógica. Ali a presciência e predestinação, que envolvem a eleição, se colocam antes da chamada. Então Romanos 8:28 afirma que somos chamados (particularmente, internamente e eficazmente) “segundo o Seu (de Deus) propósito”. E este propósito envolve eleição. De modo que a

eleição deve preceder a chamada, tanto como o propósito de chamar deve preceder a chamada atual, uma vez que a chamada é segundo o propósito divino.

Os que forçam esta objeção contra a eternidade da eleição carecem de notar que a Escritura não nomeia sempre as coisas tanto na sua ordem lógica como na cronológica; por exemplo, II Timóteo 1:9 põe a salvação antes da chamada.

(4). Que a eleição tem lugar quando somos salvos na base que somos eleitos por meio da santificação do Espírito e crença da verdade.

Esta objeção se baseia na tradução de II Tessalonicenses 2:13 e I Pedro 1:2 segundo a versão do Rei Tiago. A primeira passagem diz na referida versão que somos eleitos “para a salvação por meio da santificação do Espírito e crença da verdade”. A segunda, na mesma versão, diz que somos “eleitos... pela santificação do Espírito para a obediência e aspersão do sangue de Jesus Cristo”. A preposição grega traduzida na versão do Rei Tiago “através de” é “em”. E é um tanto desconcertante para os arminianos notar que a Versão Revista traduz esta preposição por “em” em vez de “através de”. E é a eles ruinoso notar que N. M. Williams diz desta preposição: “Ela expressa um estado, não um ato; não “através de”, mas “em”. A preposição grega rara expressa instrumentalidade” (An American – Baptist – Commentary on the New Testament).

A preposição grega alude ao estado em que estava o povo no tempo em que se lhe dirigiu e não significa o meio pelo qual se tornou eleito de Deus.

3. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Antes de passar adiante, desejamos indicar outras poucas passagens que são como um dobre a finados à teoria infiel de a eleição e a salvação terem lugar simultaneamente.

(1). “Tudo o que o Pai me dá virá a mim” (João 6:37).

Manifesto é que esta passagem representa o Pai dando gente ao Filho como precedendo sua vinda ao Filho. O ato de o Pai dar gente ao Filho (pelo qual aqui está significada a eficácia divina em trazer-la à posse atual do Filho por meio de

arrependimento e da fé, o verbo “dá” estando no presente) envolve uma eleição daqueles assim dados, porquanto todos não são dados. E desde que o dar precede a salvação, então a eleição deve preceder a salvação. Este dar, sem dúvida, prova à eternidade da eleição à luz da imutabilidade de Deus. Mas aqui só nos interessa mostrar que a eleição precede a salvação. A divina eficácia em trazer homens a Cristo está aludida em João 6:44,65 e Efésios 1:19,20.

(2). “Creram todos quantos foram ordenados para a vida eterna” (Atos 13:48).

Esta passagem põe a ordenação de vida eterna antes da fé e, conseqüentemente, antes da salvação. Esta ordenação para a vida eterna envolve eleição sobre o mesmo fundamento em que o dar da primeira passagem envolve eleição.

Tanto quanto a forma da palavra grega concerne, podia ser tanto média como passiva, mas a preponderância da opinião erudita considera-a como sendo definitivamente passiva. Assim Hackett dá a tradução: “Tantos quantos foram nomeados para a vida eterna creram” e junta: “Esta é a única tradução que a filologia da passagem permite”. Mais adiante diz Hackett: “Alguns traduzem o particípio grego (*tetagmenoi*) por disposto, inclinado; porém, estes termos como passivos, ainda que possam significar disposto externamente – como, por exemplo, traçado, em ordem militar – não eram usados como um ato da mente”. *Jamieson, Fausset and Brown* no seu comentário fazem este significativo comento das palavras em foco: “... não podem ser interpretadas de algo inferior a isto, que uma divina ordenação para a vida eterna é a causa, não o efeito, da crença de qualquer homem”.

Alguns têm tentado reviver a passagem, fazendo com que ela diga: “Todos quantos creram foram ordenados para a vida eterna”, o que é maneira que teria de dizer que para permitir mesmo a interpretação que eleição e salvação têm lugar ao mesmo tempo. Mas a construção grega não consentirá esta transposição. Thayer diz que a passagem se refere a “tantos quantos foram indicados para obter a vida eterna, ou a quem Deus decretará vida eterna”.

(3). “Deus escolheu-vos ... para a salvação” (II Tessalonicenses 2:13).

Desde que os homens são escolhidos ou eleitos “para” salvação, sua eleição deve preceder a salvação. Está isto manifesto a todos, exceto uma certa classe de arminianos que são incapazes de entender português claro.

IV. A ELEIÇÃO FOI PESSOAL, INDIVIDUAL, PARTICULAR E DISCRIMINATIVA

Sendo obrigados a admitir que uma eleição de qualquer espécie teve lugar na eternidade, alguns arminianos sustentam uma outra das seguintes noções:

1. QUE A ELEIÇÃO NA BÍBLIA TEM REFERÊNCIA SÓ A ISRAEL COMO NAÇÃO E AOS GENTIOS COMO UM TODO, E QUE É SOMENTE UMA ELEIÇÃO A POSIÇÃO E VANTAGEM, NÃO À VIDA ETERNA.

Diz-se que Deus escolheu Israel como nação; então, nos dias do Novo Testamento, Deus o rejeitou e o substituiu pelos gentios como um todo. É crido, pelos que sustentam esta idéia, que a discussão clássica da eleição em Romanos 9 e 11 não se referem à eleição individual para a vida eterna senão somente a tal eleição global como estabelecida acima. O fato de qualquer homem poder sustentar uma posição tal como esta apenas mostra a que extensão de loucura o preconceito o conduzirá.

Nossa resposta:

(1). Que em Romanos 9 e 11 temos uma eleição individual de Judeus para a vida eterna, bem como a eleição nacional de Israel a posição e vantagem, é evidente de:

A. A declaração que Deus tem misericórdia de quem Ele quer e endurece a quem Ele quer. Romanos 9:18.

Tal declaração é inaplicável a eleição e rejeição nacionais ou globais. Ela só pode ser aplicada ao trato de Deus com indivíduos. E que ela assim se aplica tornar-se mais evidente ao passo que prosseguirmos além na discussão de Paulo.

B. A objeção antecipada desta maneira de tratar com os homens. Romanos 9:19.

Que é esta objeção em palavras claras? É isto, como apresentada por A. N. Arnold: “É da vontade de Deus endurecer um homem, uma vez que a vontade de Deus não pode ser resistida com vantagem; mas, se é, como pode Deus culpar a pecadores endurecidos?” Pelo Prof. David Brown a objeção é apresentada como segue: “Esta doutrina é incompatível com a responsabilidade humana; se Deus escolhe e rejeita, perdoa e castiga a quem Lhe apraz, por que são culpados os que, se rejeitados por Deus, não podem evitar pecar e perecer?” E este mesmo comentador prossegue, a dizer que esta objeção mostra “a natureza real da doutrina objetada: que é a eleição e a não-eleição à salvação eterna antes de qualquer diferença de caráter pessoal a única doutrina que podia sugerir a objeção aqui apresentada.”

C. A menção de “vasos de misericórdia” e “vasos de ira”. Romanos 9:21-23

Isto é inaplicável à eleição nacional ou global a posição e vantagem. Numa tal eleição as nações não-eleitas e grupos não podem ser justamente representados como “vasos de ira”, porque tal eleição não os representa totalmente abandonados à ira. Durante os dias do trato especial de Deus com os judeus como a nação eleita, outras nações não estiveram inteiramente excluídas. Indivíduos delas podiam participar das bênçãos teocráticas de Israel por se submeterem e observarem os ritos de Israel.

D. A menção de uma porção de Israel como “a eleição” e “um resto segundo a eleição da graça”. Romanos 11:5,7.

“Neste resto eleito, ajuntando de uma nação eleita, temos uma eleição dentro de uma eleição, uma eleição de indivíduos para a vida eterna que pertenciam e um povo a quem Deus elegera aos privilégios da graça” (An American Commentary of the New Testament)”.

(2) Que os gentios não substituíram os judeus é evidentes de:

A. O fato de Israel não ter sido rejeitado no sentido de sua eleição ser revogada.

Israel foi temporariamente rejeitado de sua posição nacional no plano de Deus, mas, “quanto à eleição”, ainda é benquisto e ainda será restaurado ao seu lugar (Romanos 11:25-31). O chamado de Deus, se nacional, global, ou individual, é imutável (Romanos 11:29). Logo, todo falatório de os gentios terem substituído os judeus é puro idiotice.

B. O argumento de Paulo em Romanos 9:6.

O argumento de Paulo é que a incredulidade da grande massa de judeus não abrogou a promessa de Deus a Abraão com fundamento que a promessa não se aplicou a toda a semente de Abraão. Mas, se os judeus tivessem sido rejeitados como atinentes à eleição e os gentios os substituíssem, o argumento de Paulo desenvolver-se-ia alguma coisa como segue:

“A escolha de Abraão e sua semente não falhou; porque, ainda que Israel tenha sido rejeitado, os gentios tomaram o seu lugar e Deus tem o direito de escolher a nação que ele quiser aos privilégios do seu reino visível” (Comentary Jamieson, Fauset, and Brown).

(3) Que há uma eleição individual dos gentios, tanto como dos judeus à vida eterna é evidente de:

A. Romanos 9:24.

Neste verso Paulo segue sua referência a “vasos de misericórdia ... que para gloria já dantes preparou” com a afirmação (V. 24): “Mesmo nós, a quem também chamou, não só dentre os judeus, mas dentre os gentios também”. Isto mostra-nos claramente que os “vasos de misericórdia” que são manifestante indivíduos eleitos, constituem-se tanto de judeus como de gentios. Temos assim uma eleição individual de gentios bem como de judeus. Sobre este verso o Prof. Brown nota luminosamente: “Aqui, pela primeira vez neste capítulo, introduz-se a chamada dos gentios; tudo antes dizendo respeito não à substituição dos judeus rejeitados pelos gentios chamados, mas à escolha de uma porção do mesmo Israel. Fora total a rejeição de Israel, a promessa de Deus a Abraão não se teria cumprido pela substituição deles pelos gentios; mas sendo só parcial a rejeição de Israel,

a conservação de um “resto”, no qual a promessa valeu, porém “segundo a eleição da graça”. E agora, pela primeira vez, o apóstolo nos diz que, a par com este resto eleito de Israel, é propósito de Deus “tirar dos gentios um povo para Seu nome.” (Atos 15:14).

B. Referências à eleição em outros livros do Novo Testamento.

Estas referências aparecem nalgum lugar nesta discussão, pelo que não precisam ser mencionadas aqui. Vire o leitor as páginas deste capítulo e note estas referências, marcando quão certo elas se referem a uma eleição individual para a salvação. Note especialmente II Tessalonicenses 2:13 em contraste com a teoria que a eleição é só para posição e vantagem e não para salvação.

C. Todos os argumentos que dirigimos agora à segundo teoria, a qual nega que a eleição foi individual.

Esta segunda teoria é:

2. QUE A ELEIÇÃO ETERNA SE APLICA SOMENTE À CLASSE DOS “QUEM QUER QUE QUEIRA”.

A falsidade desta teoria se prova por:

(1). A presciência de Deus dos que Ele salva.

Romanos 8:29 afirma a presciência de Deus dos que Ele salva. E desde que Deus pré conhece os que Ele salva, Sua eleição deles não podia ter sido mera eleição de classe. Eleger uma classe com total conhecimento prévio dos que ao certo hão de compor essa classe é igual a uma individual de cada um na classe.

(2). O fato de os nomes dos eleitos estarem escritos no livro da vida.

Que os nomes dos eleitos estavam escritos no livro da vida na eternidade está provado por Apocalipse 17:8, que diz:

“A besta que viste, foi e já não é, e há de subir do abismo e ir-se à perdição. E os que habitam na terra (cujos nomes não estão escritos no livro da vida, desde a fundação do mundo) se admirarão vendo a besta que era e já não é, ainda que é.”

Esta passagem, falando daqueles cujos nomes não estavam escritos no livro da vida, implica distintamente que houve alguns cujos nomes estavam escritos no livro da vida “desde a fundação do mundo”. “Desde a fundação do mundo”, diz Justin A. Smith, “é o modo do Novo Testamento representar o que teve lugar no passado remoto, antes do tempo, medido nos períodos deste mundo, existir” (An American Commentary on the New Testament).

Este escrever dos nomes dos eleitos no livro da vida certamente faz a eleição individual e pessoal.

(3). O fato que Deus salva gente como indivíduos

A imutabilidade de Deus, como já indicamos, leva-nos a crer que Deus propôs eternamente fazer tudo o que Ele faz. Portanto, desde que Ele salva o povo como indivíduos, Ele deve ter tido um propósito eterno de os salvar como indivíduos. Este propósito eterno é igual à eleição, e assim está provado ser a eleição individual.

Tudo destes argumentos mostra também que em nenhum sentido a eleição respeita a todos os homens: ela toca somente à aqueles a quem Deus salva atualmente. Todos os outros Ele passou, deixando-os sofrer a justa penalidade dos seus pecados no inferno.

V. ELEIÇÃO NÃO SE BASEOU NA FÉ PREVISTA DOS ELEITOS

Certo é que Deus previu a fé dos eleitos. E também é certo que este pré-conhecimento não foi o fundamento da eleição. Prosseguimos a provar que a eleição não se baseou na fé prevista dos eleitos por induzir algumas objeções à teoria que baseia a eleição na fé prevista dos eleitos. Veremos então que esta teoria não elimina algumas das

objeções mais fortes que os arminianos alegam contra a doutrina da eleição incondicional. Primeiro tomaremos as:

1. OBJEÇÕES A TEORIA QUE A ELEIÇÃO SE BASEOU NA FÉ PREVISTA DOS ELEITOS

E, antes de dar essas objeções, desejamos indicar o fato que elas se aplicam com igual força à teoria que somos eleitos quando somos salvos, pois ambas as teorias igualmente condicionam a eleição na fé.

(1). Esta teoria nega que a fé seja um dom de Deus e faz dela um exercício do coração natural.

Nenhum advogado judicioso desta teoria pode sustentar que a fé seja o dom de Deus, que se opera em nós pela força regeneradora do Espírito Santo. O notável Agostinho, no seu livro das Retratações, habilmente reconhece o seu erro em ter pensado uma vez que a eleição se baseia na fé prevista, dizendo: “Eu nunca podia ter afirmado que Deus, ao escolher homens para a vida, tivesse qualquer respeito à sua fé, tivera eu considerado devidamente que a fé é o Seu próprio dom”. A fé é a salvação em germe. Portanto, dizer que Deus dá a fé e então nos salva eletivamente por causa dessa fé prevista, equivale a dizer que Deus salva e então, por causa disso, elege-nos para a salvação. Daí, a única idéia óbvia que pode ser tomada pelos que crêem que a eleição se baseia na fé prevista é que a fé precede a vivificação poderosa do Espírito Santo e que é, portanto, um exercício do coração natural. Isto implica as seguintes coisas que a Escritura nega:

A. Que uma coisa limpa pode sair de uma impura.

Certamente que a fé é limpa e santa. O coração natural é, certamente impuro e ímpio. Jeremias 17:9 ensina que o coração natural é desesperadamente ímpio. E em Romanos 7:18 Paulo diz que na sua natureza carnal não havia bem algum. Mais ainda, a doutrina de depravação total, como ensinada na Escritura e crida pelos batistas, afirma que toda faculdade do homem está poluída pelo pecado, e, portanto, é impura e ímpia.

Agora, pode a fé, princípio limpo, proceder do coração natural, coisa impura? Respondemos que não pode, e isso por duas razões, a saber:

(a) A lei inexorável que igual gera igual. Isto é uma lei universal. Opera em todas as camadas. É um axioma. Expressa-se esta lei figuradamente no brocardo que a água não pode levantar-se acima do seu nível.

(b) A afirmação de Jó. Referíamo-nos aqui a Jó 14:4, que diz: “Quem do imundo tirará o puro? Ninguém”.

B. Que um que está acostumado a fazer o mal pode voltar a fazer o bem.

O pecador está acostumado a fazer o mal. A fé é uma boa coisa. Pode então o pecador exercer-la enquanto está no estado natural? Jeremias afirma fortemente a impossibilidade de o pecador fazer isto. Ele diz: “pode o etíope mudar sua pele ou o leopardo suas manchas? Assim podeis vós fazer o bem sendo acostumados a fazer o mal?” (13:23). Assim Jeremias diz que é tão impossível ao homem natural fazer o bem e, exercer a fé, como é ao negro fazer-se branco ou ao leopardo despir-se do seu manto malhado.

C. Que o que está na carne pode agradar a Deus.

A fé é agradável a Deus. A menos que alguém seja vivificado pelo Espírito Santo, está na carne, isto é, está sob o poder dominador da natureza carnal. Pode então alguém exercer a fé antes de ser vivificado? Não segundo Paulo, que diz: “A mente da carne é inimizada contra Deus, pois não está sujeita à lei de Deus, nem na verdade pode estar: e os que estão na carne não podem agradar a Deus” (Romanos 8:7,8).

D. Que o homem natural pode receber as coisas espirituais.

A fé salvadora é a recepção de Jesus Cristo como Salvador de alguém. Cristo como salvador é certamente uma coisa espiritual. Receber a Cristo como salvador de alguém é mais do que receber a verdade intelectualmente. Deve o tal ter um convencimento cordial de sua condição perdida e de sua completa inabilidade para

salvar-se a si mesmo. Deve o tal ter também uma convicção cordial quanto ao poder salvador de Cristo e de como o homem participa desse poder. Deve haver uma apreciação real destas coisas. E estas coisas, quando devidamente apreciadas na sua profunda significação, são certamente coisas espirituais. E foi com referência a “Cristo e Ele crucificado” que Paulo escreveu quando disse: “O homem natural não recebe as coisas do Espírito de Deus, pois são loucura para ele e ele não pode conhece-las, porque são discernidas espiritualmente.” (I Coríntios 2:14).

(2). Esta teoria faz a eleição depender do correr e do querer do homem.

Contudo, ao discutir a eleição, diz Paulo: “Não é do que quer, nem do que corre, mas de Deus, que se compadece” (Romanos 9:16).

(3). Esta teoria nega a salvação pela graça e dá ao homem base para gloriar-se diante de Deus.

Se Deus está representado como contemplando através dos séculos e prevendo que uns certos creriam aparte de qualquer soberano propósito para traze-los à fé, tendo a estes elegido por causa desta fé prevista, não pode ser negado que Deus salva somente os que estão melhores do que a parte comum da humanidade. A grande maioria dos homens prossegue na incredulidade, o que indica neles um espírito muito pior do que seria indicado neles se cresse. Daí, os que crêem, em princípios arminianos, são melhores em si mesmos (porque a fé, se for uma condição de eleição, deve, como já o mostramos, proceder o poder vivificador do Espírito Santo e vem, portanto do coração natural) do que os que não crêem. Segue-se, conseqüentemente, como a noite ao dia, que Deus salva somente os que são melhor do que outros. E essa bondade, conquanto mesmo consista só de fé, não pode ser excluída da categoria de atos meritórios. A fé é o germe da santidade. Sim, mas, é a própria expressão de uma disposição santa. De sorte que, o que crê que Deus elegeu homens sob condições de sua fé, deve se ele for capaz de pensar, aceitar a proposição que Deus elegeu salvar homens sobre o fundamento do seu próprio mérito parcial. Nenhum crente de eleição condicionada na fé pode sustentar coerentemente a salvação pela graça.

Os arminianos sustentam, comumente, que Deus não pode com justiça passar pelos caídos, como os da eleição incondicional o representam passando pelos não-eleitos. Mas, “se Deus não pudesse com justiça ter passado pelo homem quando ele caiu, Deus lhe teria feito uma injustiça ter passado por ele, e quando, em vez de passar por ele, o visitou, Deus estava simplesmente executando para com ele um ato de justiça. É um abuso crasso de linguagem, seguramente, chamar ato de graça uma semelhante interposição. Os arminianos estão sempre reclamando que são os defensores da “Livre graça”, mas os seus princípios ... provaram demonstrativamente que a pretensão está absolutamente destituída de garantia, que pela natureza da economia, quer pela história de sua administração” (Watts, *Sovereignty of God*, pág. 13).

“Só há dois sistemas de teologia. Um deles dá toda a glória a Deus; os demais a dividem com o homem” (J. W. Porter, *Random Remarks – on election* – pág. 41).

Segundo a teoria agora refutada, um homem salvo pode dizer: “Pai, agradeço-Te teres mandado a Cristo morrer por mim e agradeço-Te por me ofereceres a salvação, porque, a menos que tivesses feito estas coisas, eu não podia me salvar. E agradeço-Te que me influenciaste pelo Espírito. Mas, Pai, posso agradecer só a mim mesmo ter eu aceitado Tua oferta de misericórdia. O crédito disso a mim pertencem, uma vez que nada do que fizeste foi suficiente para causar irresistivelmente a minha aceitação de Tua livre mercê. Fizeste tanto pelos outros que ainda estão perdidos como fizeste por mim antes de eu crer; logo, eu a mim mesmo me fiz diferir dos demais. Pai, não pode com justiça negar-me o direito de gloriar-me nisto e jactar-me disso por toda a eternidade, como ficarei especialmente movido a fazê-lo quando penso na condição dos perdidos no inferno e me lembro de que foi meu ato que me guardou de estar no inferno. De alguma maneira, ou por hereditariedade, treino ou qualquer outra coisa, fui melhor do que eles, porque me submeti a Ti e eles não. Assim, ainda mesmo que a salvação foi mais de Tua graça, todavia não o foi inteiramente; porque Tu não me terias salvo se eu não fora melhor do que aqueles que perecem.”

Ao contrário, é-nos dito no santo escrito que Deus arranjou a dispensação de Sua graça “para que nenhuma carne se glorie perante Deus” (I Coríntios 1:29).

(4). Esta teoria faz da eleição uma farça.

“Se os homens fossem previstos como possuídos de fé e santidade, antes de sua eleição e independentes dela, seria difícil conceber que ocasião houve para serem eleitos. Não haveria necessidade dela para garantir sua felicidade final. Porque o Juiz de toda a terra deve fazer justiça e a miséria eterna jamais foi designada para ser a porção de qualquer um que creia e seja santo; que paz e salvação estão ligadas inseparavelmente a um tal estado e a tais caracteres. Ter ordenado esses para a felicidade e glória, que foram previstos estar assim qualificados, teria, portanto, sido em tudo desnecessário” (A. Booth, *Reign of Grace*, pág. 63).

Assim o arminianismo faz da eleição um termo desnecessário e sem sentido.

(5). Esta teoria representa-nos como sendo eleitos porque fomos previstos como santos mais do que se devêssemos ser santos.

O crente é santo; isto é, é uma pessoa santificada. Assim, ensinar que fomos eleitos porque fomos previstos como crentes é ensinar que fomos eleitos porque fomos previstos como sendo santo; mas a Escritura ensina que fomos escolhidos em Cristo “para que fossemos santos”. (Efésios 1:4).

(6). Esta teoria faz a eleição por causa da adoção mais do que para adoção.

Todos os crentes foram adotados, porque a adoção é por meio da fé (Gálatas 3:26). Assim, se a eleição tivesse sido baseada na fé prevista, teria sido também baseada na adoção prevista; mas a Escritura ensina que a predestinação (que envolve eleição) é “para adoção” (Efésios 1:5).

(7). Esta teoria destrói a soberania de Deus.

Segundo o arminianismo, Deus está sem poder para salvar a qualquer pessoa, exceto os que por si mesmos consentem em salvar-se. Assim, “Deus está sem poder ante a majestade da vontade arrogante do homem. Os pecadores têm a glória de sua própria salvação. Orar a Deus para converter um homem é absurdo. Deus elege o homem porque

prevê que o homem eleger-se-á a si mesmo” (S. R. Mason, como citado aprovadamente por A. H. Strong Systematic Theology, pág. 433).

2. A FUTILIDADE DA TEORIA QUE A ELEIÇÃO SE BASEOU NA FÉ PREVISTA DO ELEITO.

Os arminianos imaginaram esta teoria para eliminar certas objeções que eles inventaram contra a eleição incondicional. Objetam à certeza que prevalece sob a eleição incondicional, porque fantasiam que esta certeza abroga a livre agência do homem. Mas a teoria em consideração envolve nada menos um grau de certeza. Se Deus prevê que uma coisa vai ser, é absolutamente certo ser. Nada o poderia fazer mais certo.

Eles não gostam de pensar de alguns homens nascidos no mundo sem nenhuma possibilidade de salvação. Mas a teoria em consideração envolve a mesma coisa; pois, certamente, se Deus previu os que creriam, também previu os que não creriam, e não há possibilidade destes jamais crerem.

Eles pensam que a eleição incondicional coloca a responsabilidade dos que perecem sobre Deus, mas sua admissão da presciência de Deus está igualmente aberta à mesma objeção, como mostrado na seguinte citação: “Eu logo admito que a mera previsão de um evento que não podemos impedir e não temos a faculdade de realizar não nos envolve em responsabilidade alguma. Mas, quando o Criador, de Seu próprio prazer soberano chama a existência um agente inteligente, amolda-o com certos poderes e apetites e o coloca no meio de cenas em que eles vêem claramente tentações que o sobrepujarão, num tal caso é auto-evidente que as nossas débeis faculdades não podem separar presciência de pré-ordenação. A negativa, portanto, de pré-ordenação não mitiga qualquer objeção: apenas esconde a dificuldade aos ignorantes” (Richard Fuller, Baptist Doctrines, by C. A. Jenkins).

3. A NATUREZA DA PRESCIÊNCIA DE DEUS.

Romanos 8:29 e I Pedro 1:2 têm sido invocadas em amparo da teoria que a eleição está baseada na previsão que Deus tem da fé dos eleitos; mas, presciência e

previsão não são idênticas no sentido. Ao comentar Romanos 8:29, diz o Prof. Brown: “No capítulo 11:2 e nos Salmos 1:6 o “conhecimento” que Deus tem do Seu povo não pode restringir-se a mera previsão de eventos futuros ou familiaridade com o que se vai passando aqui em baixo... A presciência que Deus tem do Seu próprio povo quer dizer Sua complacência peculiar e graciosa para com ele povo.” (Commentary, Jamieson, Fausset e Brown). Dizer que Romanos 8:29 quer dizer que a quem Deus previu como os que de si mesmos crêem “é lançar sobre o texto o que é contrário a todo o espírito e mesmo à letra do ensino apostólico” (ibid). A mesma palavra em Romanos 8:29 aparece de novo na sua forma de participio em I Pedro 1:20, onde ela se refere a Cristo na Sua obra redentora. Aí ela certamente não pode limitar-se ao simples sentido se previsão. É uma noção comum que I Pedro 1:2 representa a presciência como logicamente antecedendo a eleição, mas tal noção não se contém na passagem em foco: esta ensina, simplesmente, que a eleição é agradável à presciência de Deus. A expressão “eleitos ... segundo a presciência de Deus” tem o mesmo sentido que “eleitos na presciência de Deus”. Os referidos foram leitos em que Deus, antes que o mundo existisse, os olhou com especial e graciosa complacência. A palavra presciência em I Pedro 1:2 está definida no Léxico de Thayer como significado “antepensamento, prearrançamento”.

Qualquer presciência que implique certeza, como é o caso em ambas as passagens em discussão, deve ser considerada como logicamente subsequente ao propósito ou decreto de Deus. Vide Atos 2:23. “Logicamente, ainda que não cronologicamente, o decreto vem antes da presciência”, (Strong). “Donde vem o conhecimento de Deus da futurição de quaisquer eventos, exceto do conhecimento do Seu propósito de causar ou permitir que eles viessem a acontecer?” (Boyce). “A presciência de Deus descansa sobre o Seu determinado conselho” (Graves, *The Seven Dispensations*, pág. 100).

VI. A ELEIÇÃO É PARA A SALVAÇÃO

Declara-se esta verdade em II Tessalonicenses 2:13, que diz: “Deus vos escolheu para a salvação desde o princípio”.

Notai três coisas desta passagem:

1. ELEIÇÃO NÃO É SALVAÇÃO

Os arminianos acusam que a eleição incondicional quer dizer salvação incondicional e que nós ensinamos que os homens foram atualmente salvos na eternidade. Ambas as coisas são sem fundamento, porque a eleição não é salvação. Fomos incondicionalmente eleitos na eternidade para uma salvação condicional no tempo. E quando falamos da salvação como sendo condicional, não queremos dizer que a salvação dos eleitos seja de qualquer modo fortuita ou incerta, mas somente que certas condições (arrepentimento e fé) devem cumprir-se antes que eles venham a possuir a salvação. Uma condição é “alguma coisa que necessariamente precede um resultado, MAS NÃO O PRODUZ”. Na eternidade a salvação dos eleitos se propôs e os eleitos são falados no propósito de Deus como chamados, justificados e glorificados (Romanos 8:29-30), mas isto é simplesmente a linguagem dAquele que, no Seu propósito, “chama as coisas que não são como se fossem” (Romanos 4:17). Muitas passagens ensinam claramente que a salvação atual tem lugar no tempo e por isto contendemos fortemente. Não temos paciência de espécie alguma com a teoria de a salvação que tem lugar no tempo ser só salvação temporal, ou salvação no que ela respeita a esta vida.

2. A ELEIÇÃO É PRIMARIAMENTE PARA A SALVAÇÃO MAIS DO QUE MERAMENTE PARA O SERVIÇO

O diabo não se cansa de inventar noções contrárias à verdade. Ele já levou alguns a dizerem que a eleição da Bíblia é meramente para serviço; mas a Palavra de Deus posta-se de cara contra esta tola noção, revelando-nos que fomos escolhidos “para a salvação”.

3. A ELEIÇÃO É PARA A SALVAÇÃO MAIS DO QUE PARA PRIVILÉGIOS EXTERNOS

Outra noção diabólica é que a eleição é meramente para privilégios e oportunidades externos; mas II Tessalonicenses 2:13 mata essa noção também.

VII. A ELEIÇÃO INCLUI TODOS QUE EM TODO TEMPO SE SALVAREM

Alguns têm a idéia que a eleição inclui somente tantos em cada geração quanto necessário para garantirem que o Evangelho seja crido e proclamado. Outros têm a noção que em adição aos eleitos faça-se espaço para “quem quer que queira”. A afirmação supra nega ambos estes pareceres. Certo é que a eleição inclui a todos quantos forem salvos, porque:

1. A IMUTABILIDADE DE DEUS O PROVA

O homem, na sua condição natural não pode vir a Cristo. Cf. Jeremias 17:9; Provérbios 4:23; Jô 14:4; Jeremias 13:23; João 12:39,40; Romanos 8:7,8; II Coríntios 2:14. A habilidade para vir a Cristo, por tanto, é divinamente dada, como estabelecido em João 6:35. Logo, ninguém pode vir a Cristo e ser salvo a não ser aqueles a quem Deus comunica a habilidade para virem. Já notamos previamente que a imutabilidade de Deus nos ensina que o que quer que Deus faça em qualquer tempo deve Ele ter sempre proposto fazer. Conseqüentemente, na eternidade Ele se propôs dar a habilidade para virem a Cristo a todos quantos Ele atualmente a dá no tempo. Este propósito é igual à eleição. E desde que ninguém pode vir exceto aqueles a quem esta habilidade é dada, todos incluídos no propósito de Deus, o que é igual a eleição, segue-se que ninguém jamais se salvará exceto os eleitos. Os eleitos e os “quem quer que queira” são um, desde que ninguém pode querer virar-se para Cristo senão quando Deus neles opera o querer.

2. A ONISCIÊNCIA DE DEUS O PROVA.

A salvação é do Senhor. Desde que Deus é onisciente, Ele soube exato a quem salvaria. Este conhecimento envolveu um propósito de salva-los. Este propósito, como observamos antes, iguala à eleição. Assim a eleição inclui todos quantos em qualquer tempo serão salvos, porque ela inclui a todos quantos Deus soube que salvaria.

3. O FATO QUE NINGUÉM EXCETO OS ELEITOS ENTRARÃO NA NOVA JERUSALÉM PROVA-O

Apocalipse 21:27 diz-nos que os habitantes da Nova Jerusalém serão “somente aqueles que estão escritos no livro da vida do Cordeiro”. Vimos que o escrever de nomes

no livro da vida teve lugar no passado remoto, antes do princípio do tempo, como o sabemos; e isso é, portanto, equivalente a eleição. Então Nova Jerusalém será habitada somente pelos eleitos. Se outros se salvam, fariam melhor carregando uma tenda com eles, porque terão de acampar fora de Nova Jerusalém. Só os eleitos entrarão.

VIII. O FIM DA ELEIÇÃO ESTÁ INSEPARÁVELMENTE LIGADO COM TODOS OS MEIOS NECESSÁRIOS PARA SUA REALIZAÇÃO

Ao mesmo tempo Deus escolheu o Seu povo e ordenou todos os meios necessários para realizar sua salvação completa e final. Tais meios estavam inseparavelmente ligados à eleição no decreto de Deus. Não simpatizamos com o cascaturismo, o hipercalvinismo. Dizer que os eleitos se salvarão se nalgum tempo crerem ou não é mal entender claramente a conexão entre a eleição e os meios que Deus ordenou para o cumprimento do fim da eleição.

Salvação, espiritual, temporal e eterna é pela graça por meio da fé (Efésios 2:8-10; Romanos 5:1; Gálatas 3:26). Todos os pagões que morrem sem ouvir o Evangelho estarão perdidos (Romanos 1:19,20; 2:12). A fé vem pelo ouvir e o ouvir pela Palavra de Deus (Romanos 10:17).

Onde quer que Deus tenha uma alma eleita, na plenitude do Seu próprio tempo Ele de algum modo mandará o Evangelho chamar essa tal das trevas para a luz. Vide II Tessalonicenses 2:14. Assim Filipe foi enviado ao eunuco eleito e assim se deu a Paulo sofrer para que os eleitos obtivessem salvação eterna (II Timóteo 2:10). Assim temos o vínculo divino entre a eleição e as missões.

Alguns acusam que a eleição incondicional faz todos os meios inúteis. Dizem que se o caso é tal com o homem que ele não pode por natureza receber coisas espirituais e deve ser vivificado pelo Espírito antes de poder voltar do pecado, sendo certo voltar quando é vivificado, então por que pregar-lhe? Nós lhe pregamos, primeiro que tudo, porque Deus o mandou. Aceitamos a Palavra de Deus, quer possamos arrazoar porque ele fala assim é assado ou não. Não fazemos de nossa razão o padrão de obediência ou de verdade, como é o caso com os arminianos. Mas, por outro lado, descobrimos a palavra

de Deus ensinando que Deus chama os Seus eleitos pela Palavra, desde que a Palavra é o instrumento do Espírito na regeneração (João 3:5; Efésios 5:25, 26; Tito 3:5; Tiago 1:18; I Pedro 1:23). Não há mais inconveniente entre pregar o Evangelho aos espiritualmente mortos do que houve em Cristo de pé diante do túmulo de Lázaro, morto há quatro dias e dizendo: “Lázaro, sai para fora.” Enquanto permaneceu morto, Lázaro não pode ouvir e muito menos obedecer à ordem; mas o poder doador de vida vindo de Deus acompanhou a palavra de Cristo e Lázaro tanto ouviu como saiu. Cabe-nos a nós pregar o Evangelho a toda a criatura, porque assim Cristo mandou. Cabe a Deus trazer os mortos à vida. Vide também a parábola dos ossos secos no vale, onde temos um quadro de conversão pela pregação (Ezequiel 37). Os ossos estavam sem vida; todavia, pregar-lhes não foi em vão.

E os arminianos perguntaram: “Porque orar pelos perdidos uma vez que todos os eleitos de Deus serão salvos e nenhuns outros poderão salvar-se?” Oramos pelos perdidos pela mesma razão porque Paulo orou pelos homens, mesmo que ensinasse a eleição incondicional. Oramos pelos perdidos pela mesma razão porque Cristo orou pela segurança dos crentes, mesmo que essa segurança já estivesse certa. Vide João 17:11. Orar pela salvação dos eleitos não é mais irrazoável do que Cristo orar pela segurança dos crentes. Cristo também orou pela restauração de Sua primeira glória com o Pai. Vide João 17:5. Foi isso em qualquer sentido incerto? A oração, bem como a pregação, é um meio de Deus executar Sua vontade. Os seus propósitos são fixos soberanamente e imutáveis eternamente, mas Ele não os fixou independentemente dos meios.

IX. A ELEIÇÃO NÃO É CASCADURISMO

É costumeiro aos arminianos censurar a doutrina bíblica da eleição por se referirem a ela como “cascadurismo”. Que Deus os perdoe, porque eles não sabem o que fazem. Que a eleição não é cascadurismo, prova-se pelos seguintes fatos:

1. A ELEIÇÃO ESTÁ INDISSOLUVELMENTE UNIDA AO EVANGELHO COMO MEIO DE DEUS PARA CHAMAR OS SEUS ELEITOS À SALVAÇÃO

Isto está provado pelas passagens dadas a cima, que mostram que a regeneração é por meio da Palavra. E também se prova por II Tessalonicenses 2:13,14. Os eleitos foram

escolhidos para a “salvação em santificação do Espírito e fé na verdade”. A isto Paulo diz: “são chamados pelo nosso Evangelho”. Os cascaduras típicos negam a indispensável necessidade do Evangelho na regeneração. Por esta razão mostram pouco interesse do cumprimento da grande comissão.

2. OS CASCADURAS E MISSIONÁRIOS NÃO DISCORDARAM A RESPEITO DA ELEIÇÃO

(1). Discordam sobre “missões, educação, sustento de pastores e outros empreendimentos religiosos” (Jarrel, pág. 431).

(2). No dividirem-se, apegaram-se à eleição incondicional.

Não serei desafiado a provar que os cascaduras apegam-se a esta doutrina. Que os missionários também o fizeram está provado pelo testemunho de Spencer, o qual diz que os missionários “que abraçaram o corpo principal da denominação sustentaram os sentimentos doutrinários de André Fuller”, o qual creu na eleição incondicional, mesmo que ensinasse um sacrifício de suficiência universal. Vide History of Kentucky Baptist, Vol. I, pág. 645.

3. NÃO HÁ AINDA NENHUMA DIFERENÇA ENTRE OS MISSIONÁRIOS E OS CASCADURAS SOBRE A MATÉRIA DE ELEIÇÃO SER INCONDICIONAL

Isto se prova por:

(1). O fato de ambos aceitarem a decisão sobre eleição na Confissão de Fé de Filadélfia.

Os cascaduras ainda aceitam isto. E entre os missionários esta confissão “ainda é largamente usada, sendo no Sul, provavelmente, a mais influente de todas as confissões” (McGlothlin, Baptist Confessions of Faith, pág. 298).

(2). O fato de a eleição incondicional ser ensinada na outra grande confissão batista americana, a de New Hampshire.

Vide prova disto sob ulterior discussão de eleição incondicional como doutrina batista.

(3). O fato de todos os nossos compêndios teológicos padrões e todos os livros doutrinários escritos por batistas representativos reconhecidos ensinarem esta doutrina .

Para prova disto vide discussão referida imediatamente acima.

4. OS CRENTES BATISTAS NA ELEIÇÃO INCONDICIONAL, LIGADA COM O EVANGELHO COMO UM MEIO INDISPENSÁVEL NA REGENERAÇÃO, TEM SIDO SEMPRE AGRESSIVÍSSIMOS NA PROPAGAÇÃO DO EVANGELHO

A visão e o esforço missionário originaram-se, não entre os batistas gerais (arminianos), nem ainda entre qualquer outra denominação arminiana, mas entre os batistas particulares (calvinísticos) da Inglaterra. Vide os anais na maioria de quaisquer histórias batistas. Robert Hall, Sr. Andrew Fuller e William Carey foram os líderes luminares.

O esforço missionários mundial americano originou na Associação de Filadélfia, a qual adotou a detestada Confissão de Fé de Filadélfia. Vide “The Story of Baptist”, Cook, pág. 327). “A Associação de Filadélfia rapidamente se tornou a corporação líder de batistas americanos, posição que ela até hoje não perdeu inteiramente (1897). Muito de toda a coisa boa em nossa história, de 1700 a 1850, pode ser traçado à sua iniciativa ou cooperação ativa” (Vedder, Short History of Baptists, pág. 204).

X. A ELEIÇÃO NÃO É DUPLO SEMENTISMO

Isto aí é outro epíteto com que os arminianos se deliciam em aplicar à doutrina bíblica de eleição. Em síntese, duplo sementismo sustenta que Adão e Eva geraram duas sementes, uma de Deus e outra da serpente. Daniel Parker, que propalou esta doutrina, ensinou que a semente de Deus “foram os filhos atuais de Deus desde a eternidade” e que a semente da serpente foram “gerados do diabo” (Atas of General Association of Baptist in Kentucky, 1837, pág. 11).

Nenhuma doutrina semelhante a esta está envolvida em eleição incondicional. Mostramos que a eleição é “para a salvação” e, portanto, não é salvação. A salvação tem lugar no tempo. Todos os homens são filhos do diabo até que se tornem filhos de Deus pela regeneração e pela fé (I João 3:9,10).

XI. A ELEIÇÃO NÃO ENVOLVE FATALISMO

Os que não podem ver a diferença entre eleição e fatalismo carecem de consultar um bom dicionário. “O fado é pagão uma força irresistível, irracional, determinando todos os eventos com nenhuma conexão manifesta com a razão ou a justiça”. Pré-ordenação e predestinação são cristãs, denotando a ordem racional e justa, ou o decreto do Deus supremo e onisciente”.

A. R. McGehee disse uma vez o seguinte concernente à diferença entre fatalismo e predestinação: “Fatalismo é aquela teoria da vida que ensina que todo o destino está fixado desde o princípio, e que as circunstâncias e atos intermediários não afetam esse destino fixado. O fim em vista, quer bom ou mal é alcançado por simples fát ou capricho, e pouca conta se faz de moralidade ou propósito, com escassa ênfase na personalidade divina ou humana. É uma filosofia e não uma religião. Em contraste, o determinismo sustenta que o fim ou destino em vista é efetuado por uma combinação de todos os atos e circunstâncias precedentes. A eleição, por outro lado é moral e pessoal e intencionada, e os eventos são divinamente ordenados e controlados a produzirem certos valores morais.”

Mas o arminianismo ou deve negar a presciência de Deus ou trancar-se em vago fatalismo. Se Deus previu o destino final de cada homem, então o destino foi ajustado e fixado na eternidade. Porque então foi fixado? Os arminianos têm de um lado um trono vazio e de outro um futuro fixado. Para eles só há duas saídas: ou eles podem prosseguir com sua infidelidade na direção do seu término lógico e negar a presciência de Deus, ou podem reconhecer a sorte como o determinante dos eventos humanos. Faça cada arminiano sua escolha e então escreva-nos a respeito.

Dissemos que há só dois caminhos para o arminiano. Isso é verdade por tanto tempo enquanto ele ficar arminiano. Mas há, depois de tudo, uma saída do dilema que é

seguro e feliz: reconhecer a verdade da soberania absoluta de Deus. Desejamos que todo arminiano pudesse conhecer o conforto e o gozo que a aceitação dessa verdade traz.

XII. A ELEIÇÃO É PERFEITAMENTE COERENTE COM A LIVRE AGÊNCIA DO HOMEM

Para definição e discussão geral da livre agência vide capítulo XIX.

A doutrina bíblica da eleição representa o homem na sua condição natural como completamente escravizado pelo pecado, sem nenhuma habilidade nas coisas espirituais. Também representa Deus como tomando a iniciativa na conversão por vivificar o pecador morto para a vida logicamente antes do seu arrependimento e da sua fé. Mas para a prova de que isto não envolve um conflito entre a livre agência e a eleição vide no capítulo XIX a discussão sob a epígrafe “Livre Agência do Homem Natural” e “Livre Agência e Conversão”.

XIII. A ELEIÇÃO NÃO DESTRÓI A RESPONSABILIDADE DO PECADOR

Quando Paulo escreveu a sua maravilhosa epístola aos Romanos, ele antecipou a objeção que é muitas vezes feita à sabedoria de Deus tratando com os homens sobre o fundamento que ela destrói a responsabilidade do pecador. Diz Paulo: “Tu então me dirás: Por que se queixa ele ainda? Pois quem resistiu à Sua vontade?” (Romanos 9:19). Em outras palavras: “Se Deus escolhe e rejeita, perdoa e pune a quem Lhe apraz, por que são censurados os que, se rejeitados por Ele, não podem deixar de pecar e perecer?” Ou, se Deus salva a todos que Ele escolhe salvar, deixando o resto num estado de impotência espiritual, do qual não podem livrar-se, sendo certo persistir no pecado para sua condenação eterna, por que Ele censura os que continuam no pecado? Isto mostra claramente, como já indicamos, que Paulo ensinou a eleição incondicional e a total inabilidade espiritual do homem natural. Uma objeção semelhante não seria sugerida por qualquer outra doutrina.

1. ESTA OBJEÇÃO É ÍMPIA.

Em resposta a essa objeção, diz Paulo: “Mas antes, ó homem! Quem és tu, que contesta contra Deus? Porventura a coisa formada dirá ao que a formou: Porque me fizeste assim?” (Romanos 9:20). Paulo respondeu, assim como respondemos a semelhantes objeções, que o homem não tem direito, sob quaisquer circunstâncias, de discutir qualquer coisa que Deus faz. Deus não está sob obrigação alguma de dar contas de Si mesmo ao homem. O arminiano não merece nenhuma consideração mais.

Mas o inquiridor reverente, que prontamente aceita tudo quanto Deus revelou e deseja, para a sua própria edificação espiritual, saber tudo que ele possa aprender da Palavra de Deus a respeito dos caminhos infinitamente sábios e santos dAquele cuja presença é como chama de fogo e cuja glória Ele elevou sobre os céus, esse merece mais consideração. Daí, por amor de um tal inquiridor, notamos ainda:

2. AS DUAS FASES DA VONTADE DE DEUS

Dissemos que Deus salva a todos quantos ele escolhe ou quer salvar. Doutro lado, Deus “ordena que todos os homens em toda a parte se arrependam” (Atos 17:30). Ele também manda que o Evangelho seja pregado a toda criatura” (Marcos 16:15). E o Evangelho é o chamado geral de Deus.

Por chamado geral e convite geral queremos dizer tais como os que se estendem a outros tanto como os eleitos. Tomamos o convite de Cristo para incluir expressamente os que lutam pela salvação por meio de observâncias legais, estando assim sobrecarregados. Demasiado é presumir que todos desta classe que ouvem estas palavras vêm a Cristo. Assim, este convite foi geral.

Sendo também devidamente acompanhado do convite geral, tal como o que Cristo fez (Mateus 11:28). Isto evidencia que deve ser feita uma distinção em tratar com a vontade de Deus. DEUS FEZ ESSA DISTINÇÃO PARA NÓS. Vós o achareis em Deuterônimo 29:9. Lá se divide em vontade secreta e revelada. Esta distinção ali se faz porque está indicado nos capítulos 29 e 30 que os israelitas seriam permitidos de Deus a assim desobedece-Lo que lhes mandaria o cativo e finalmente os dispersaria pelos quatro ventos da terra. Era Sua vontade secreta permitir isto; mas Sua vontade revelada

foi que obedecessem. Isso fixou a responsabilidade deles, segundo Deuteronômio 29:9 indica claramente.

Esta distinção entre a vontade secreta e a vontade revelada de Deus “não põe”, como tem sido acusado, “uma duplicidade intolerável entre o Ser de Deus, que O acuse – sit vênia verbo – de falsidade e engano” (Schaff). Basea-se num fato da experiência humana. A vontade revelada de Deus expressa Sua preferência imanente nas coisas consideradas em si mesmos e fora do Seu propósito perfeito e santo. Que houve uma diferença imanente de Deus nas coisas abstraídas do todo e o Seu propósito consumado está imperfeitamente ilustrado no seguinte exemplo. Um pai amoroso não tem prazer no sofrimento de um filhinho, todavia, para o bem e a felicidade futura do filhinho, o pai inflige-lhe sofrimento a modo de castigo. O pai emprega assim uma coisa que é desagradável em si mesma para consecução de um propósito. Deus não se agrada do pecado, considerado em si mesmo; mas, na realização do Seu propósito, agradou-lhe permitir o pecado e domina-lo para Sua glória.

3. A ELEIÇÃO E OS NÃO ELEITOS

A eleição não impõe nenhuma restrição aos não eleitos. Ela não os afeta ativamente de modo algum. Ela deixa-os exatamente na mesma condição em que estariam se não houvesse nenhuma tal coisa com a eleição, a saber, uma condição de impotência espiritual e condenação, tal como todos os pecadores estão por natureza. Uma eleição de alguns para a vida não implica uma eleição de alguns para a morte. A morte do ímpio não é o resultado da eleição, mas dos justos tratos de Deus com ele como pecador. É o justo salário daquele ímpio (Romanos 6:23). Na eleição Deus simplesmente escolhe dentre a massa inteira da humanidade depravada aqueles a quem Lhe apraz salvar por justas e santas razões só dEle conhecidas. O resto ele simplesmente os deixa às justas conseqüências do seu pecado. Se um homem rico escolhe um mendigo e lhe dá riquezas, pode isso ser dito que, em fazendo assim, o rico elege todos os demais mendigos para sofrerem perpétua pobreza?

4. RESPONSABILIDADE E INABILIDADE ESPIRITUAL

O pecador está sem habilidade espiritual, mas isso não destrói sua responsabilidade. Que a responsabilidade depende da habilidade atual é máxima furta-cor teológica que não pode sustentar-se na luz dos fatos escriturísticos. O pagão é responsável por subsistir à luz da consciência que ele possui concernente à Palavra de Deus. Compare Romanos 2:12-16. Mas ele não pode fazer isto; porque se alguns pudessem, não haveria base para sua condenação, segundo a passagem supra, e eles se salvariam pelas obras, pelas quais a Escritura diz que ninguém pode ser salvo. Então aqueles que ouvem a Lei são para ser julgados por ela. Quer isso dizer que eles são responsáveis a obedecer a Lei: mas eles não podem fazer isso, porque a voz da Lei fecha toda boca (Romanos 3:19). Daí, a responsabilidade não depende da habilidade presente e a inabilidade não destrói a responsabilidade.

5. O HOMEM RESPONSÁVEL POR SUA INABILIDADE ESPIRITUAL.

Mas ao passo que a responsabilidade não depende na habilidade presente, ela apóia-se na habilidade original. Originalmente tinha o homem habilidade nas coisas espirituais. Esta habilidade ele malbaratou (perdeu) na queda de Adão. A raça inteira participou desta queda. É o ensino de Romanos 5:12. “O pecaram” da Versão do Rei Tiago é a tradução do tempo aoristo no grego. O tempo aoristo é o modo indicativo (e alguns outros modos), no qual expressa ação indicada no passado. Romanos 5:12, portanto, não alude a um curso de pecado seguido por cada indivíduo, mas a uma apostasia, da apostasia de Adão todos participaram. O modo em que todos da raça de Adão tomaram parte na queda está fortemente estabelecido por A. H. Strong como segue:

“A vida total a humanidade estava então em Adão: a raça tinha como ainda tem o seu ser somente nele. Sua essência ainda não estava individualizada; suas forças ainda não estavam distribuídas; os poderes que agora existem em homem separados estavam então unificados e localizados em Adão; a vontade de Adão era ainda a vontade da espécie. No ato livre de Adão a vontade da raça revoltou-se contra Deus e a natureza da raça corrompeu-se. A natureza que agora possuímos é vontade de Adão era ainda a vontade da espécie. No ato livre de Adão a vontade da raça revoltou-se contra Deus e a natureza da raça corrompeu-se. À natureza que agora possuímos é a mesma que se

corrompeu em Adão – não a mesma em espécie meramente senão a mesma como que fluindo dele continuamente para nós (Systematic Theology, pág. 328).

Tendo pecado em Adão, cada descendente de Adão é responsável pela depravação e inabilidade espiritual assim incorrida.

XIV. A ELEIÇÃO É PERFEITAMENTE CONSISTENTE COM À JUSTIÇA DE DEUS

Paulo também antecipou esta objeção à sua doutrina (Romanos 9:14), o que mostra que ele ensinou a eleição incondicional pois nenhuma outra teoria da eleição teria sugerido esta objeção. Se, por acaso, alguém que mal entendesse sua doutrina tivesse apresentado a objeção, este era o lugar para ele apresentar claramente que sua doutrina de eleição não estava aberta a essa objeção porque ensinou que a eleição estava baseada na fé prevista dos eleitos. Paulo certamente teria feito isto, se tivesse sido arminiano; mas, em vez, despediu-a como sendo prepóstera, dizendo: de maneira nenhuma. Então ele prosseguiu a responder à objeção com a própria declaração de Deus concernentes Seu trato soberano com os homens.

Examinemos mais a objeção, notamos:

1. JUSTIÇA E PARCIALIDADE

Entre outras noções cruas e inescriturísticas, merece lugar importante a idéia que a justiça e a parcialidade são necessariamente antagônicas. Nós não somos mandados a ser parciais, mas em nenhum lugar Deus diz que Ele não é parcial. A sabedoria, a independência e a soberania dão-Lhe direitos que a nossa ignorância, sujeição e dependência nos negam. A Escritura mostra que Deus é parcial. Ele é parcial aos homens caídos em comparação com os anjos caídos no sentido de, com alguns dos primeiros, ter promovido redenção, ao passo que os últimos todos estão “reservados em cadeias eternas e nas trevas para o julgamento daquele grande dia”. (Judas 6). Ele foi parcial à nação judaica em comparação com as nações pagãs. Ele é parcial à gente das assim chamadas terras cristãs em comparação com o povo das terras pagãs, em que a primeira tem a luz

do Evangelho, enquanto a última, em muitos casos, vive através da vida na ignorância do Evangelho que é o único meio de salvação.

Quanto à parcialidade ser injusta, depende das circunstâncias. O ministro, no seu trato com os que persistem no pecado, não é para conceder que qualquer coisa o faça desculpar alguns onde todos são igualmente culpados (I Timóteo 5:21). E não devemos preferir alguns homens em favor ou honra por causa das riquezas ou qualquer coisa semelhante (Tiago 2:4). Em outras palavras, devemos tratar com os homens conforme com o que eles realmente merecem; mas, na salvação, Deus trata com os inteiramente mal merecidos; porque a graça é favor imerecido e favor não devido como obrigação. Logo, Deus pode distribuir Sua graça entre os homens como Lhe dizem Sua perfeita sabedoria e santidade. Em assim fazendo, Ele elegeu alguns para a vida e a outros deixou perecerem como a justa consequência dos seus pecados. Quem ousará negar-Lhe este direito?

Não pode o Deus soberano de tudo

Dispensar os Seus favores como Lhe apraz;

Escolher alguns para a vida, enquanto outros caem,

E ser justo e santo contudo ainda?

2. DEUS NADA DEVE AO HOMEM

Precisa isto de ser enfatizado. Se ao homem devesse Deus algo, então a salvação seria por dívida e não por graça. Dirão alguns que Deus deve ao homem uma oportunidade de se salvar. Deu Ele esta oportunidade aos pagãos que morreram sem o Evangelho? Uma oportunidade de se salvar não alcança nada para o homem. Podia alguém falar igualmente de se dar a um homem totalmente paralisado a oportunidade de andar. Todo homem que não está fisicamente tolhido tem toda a oportunidade possível de andar; mas a oportunidade é de nenhum valor ao tal na ausência de habilidade. Os perdidos estão espiritualmente mortos. Eles devem ter habilidade de vir a Cristo (João

6:65). Dirão alguns que Deus deve esta habilidade ao homem, mas esta habilidade é a salvação em germe e daí, se Deus deve esta habilidade, a salvação não é por graça. E supondo que Deus desse tal habilidade a todos os homens, como os arminianos por ela contendem, e então eles recusassem empregar esta habilidade; não ficaria Deus desobrigado de qualquer compromisso de renovar essa habilidade? Esta é a posição do homem. Uma vez ele teve habilidade, mas veio um tempo em que ele a desperdiçou e assim a perdeu. Teve isto lugar em Adão, no qual diz Deus que todos pecaram. Está agora Deus na obrigação de renovar essa habilidade?

3. DEUS PODE FAZER O QUE ELE QUIZER COM O QUE É DELE

Deus assevera o mesmo direito sobre a humanidade que o oleiro tem sobre o barro (Romanos 9:21-23). “Vede, ó desprezadores, espantai e perecei” (Atos 13:41). Contudo, seja dito, para prevenir mal entendido, que o método de Deus “fazer vasos de ira preparados para destruição” é diferente do Seu método de fazer “vasos de misericórdia”. Este último é um ato de graça soberana. O primeiro é um ato de justiça permissiva. Executa Ele o último pela operação eficiente de sua graça; o primeiro Ele não causa eficazmente, mas só permite por sábias e santas razões conhecidas completamente só por Ele.

XV. A ELEIÇÃO NÃO FAZ DE DEUS UM RESPEITADOR DE PESSOAS

Quando as Escrituras nos dizem que Deus não é um respeitador de pessoas, elas querem dizer que os tratos de Deus com os homens não se determinam pelas diferenças externas de raça, riquezas, posição social ou coisa parecida. Isto a Escritura insinua distintamente. Vide 2 Samuel 14:14; Atos 10:34; 1 Pedro 1:17. Ter respeito a pessoas é fazer uma diferença entre pessoas igualmente merecedoras, mas não envolve nenhum respeito de pessoas para fazer uma diferença entre os inteiramente não merecedores. Deus assim tem feito em vários casos como indicados na discussão supra de justiça e parcialidade.

XVI. A ELEIÇÃO NÃO IMPLICA QUE DEUS CRIOU OS NÃO ELEITOS MERAMENTE PARA CONDENÁ-LOS

Deus não tem prazer na destruição dos ímpios, como uma coisa em si mesma. Pela contrário, a salvação dos homens é coisa que é, em si mesma, agradável a Deus. Mas Ele fez o homem para Sua glória. De algum modo, não inteiramente compreensível à mente finita, subserve essa glória que alguns homens pereçam. Assim Deus quis permiti-lo, mas não porque Ele seja alguém que exulte com o sofrimento do homem. Podemos ficar seguros que Deus salvará o maior número que Ele pode salvar sem detrimento à manifestação mais gloriosa do Seu caráter como um todo. Finalmente, veremos por completo a santidade do propósito de Deus.

O crente na eleição incondicional não está mais na obrigação de responder a esta objeção do que o crente na presciência de Deus que nega a eleição incondicional, que a um tal ocorre a pergunta inevitável: Porque Deus criou aqueles que Ele soube que pereceriam? Richard Fuller estava exatamente certo em dizer que a presciência da parte de Deus e a pré- ordenação não podem ser separados. (Voltai e lede outra vez suas palavras à página 54.) A negação da pré-ordenação “só oculta a dificuldade ao ignorante” (Richard Fuller).

XVII. A ELEIÇÃO CONFORME AQUI ESTÁ EXPOSTA É UMA DOUTRINA BATISTA

Vimos agora mostrar que a doutrina da eleição incondicional é uma doutrina batista. Para prova disto chamamos a atenção para o seguinte:

1. A FÉ DOS PROGENITORES BATISTAS

(1) Os paterinos.

Dos paterinos diz W. A. Jarrell: “Eles apelavam para os textos do nono capítulo de Romanos, por outros usados, para prova da doutrina da eleição incondicional” (Church Perpetuity, pág. 139).

(2). Waldenses e Albingenses.

Um artigo de uma velha confissão Waldense, segundo citada por C. H. Spurgeon, diz o seguinte:

“Que Deus salve da corrupção e da condenação aqueles a quem Ele escolheu desde as fundações do mundo, não por qualquer disposição, fé, ou santidade que Ele previu neles, mas por Sua misericórdia em Cristo Jesus Seu Filho, passando por todo o resto, segundo a razão irrepreensível de Sua própria livre vontade e justiça” (Spurgeon’s Sermons, Vol. 2, pág. 69).

O Prof. A. A. Hodge, do Seminário de Princeton, diz: “Os waldenses... eram todos calvinistas”.

“Entre os crentes mais antigos no sistema de doutrina chamado calvinístico podemos, com grande propriedade, mencionar os waldenses e albingenses, - aquelas eminentes e honradas testemunhas pela verdade, durante o longo período quando a igreja e o mundo foram assolados por erro grosso e imoralidade”. (Rice, God Sovereign and Man Free).

“Gualtier, um monge jesuíta, nas suas tábuas cronográficas traçou um catálogo consistindo de noventa particulares, no qual Ele mostra que os princípios dos waldenses e os dos calvinistas coincidem mutuamente.

“Lidanus, bispo católico da Sé de Ghent, que escreveu em defesa dos postulados da Igreja de Roma, aí por 1550, chama a Calvino “o herdeiro das doutrinas dos waldenses” (Jones’s Church History, pág. 357).

NOTA – O Prof. Hodge e os dois jesuítas aqui citados estão, evidentemente, deslocados de sua epígrafe – Trad.

(3). Anabatistas.

A fé dos anabatistas a respeito da eleição está estabelecida por um dos seus líderes como segue:

“Cristo, o Cordeiro de Deus, foi desde o princípio do mundo um mediador entre Deus e os homens, e ficará mediador até ao fim. De que homens? De vós e eu apenas? Não assim, mas de todos os homens a quem Deus o deu por possessão.”

(4). Batistas particulares da Inglaterra.

Os batistas americanos descenderam diretamente dos batistas particulares da Inglaterra, com os quais se associaram homens tais como John Bunyan, Andrew Fuller e William Carey. Denominaram-se “Particular” porque creram numa expiação só para os eleitos. Isto seria bastante para mostrar sua posição a respeito da eleição, mas temos prova explícita desta posição na sua grande confissão de fé, chamada a Confissão de Londres. Esta confissão foi mais tarde adotada pela Associação de Filadélfia na América e o seu testemunho concernente à eleição será achado abaixo.

2. CONFISSÕES DE FÉ BATISTAS

(1). A confissão de Filadélfia.

Diz a Confissão de Fé de Filadélfia: “Conquanto Deus saiba o que possa ou venha a acontecer sobre todas as supostas condições, contudo Ele não decretou o que quer que seja porque Ele previu como coisa futura, ou como aquilo que viria a se passar em certas condições. Pelo decreto de Deus, para manifestação de Sua glória, alguns homens e anjos estão predestinados ou preordenados para a vida eterna por meio de Jesus Cristo, ao louvor de Sua gloriosa graça; outros sendo deixados a agir nos seus pecados para sua justa condenação, ao louvor de Sua gloriosa justiça.”

(2). A confissão de New Hampshire.

A confissão de New Hampshire originou-se no meio de forte influência arminiana; conseqüentemente, sua posição a respeito da eleição está benignamente expressa. Não obstante, ela fala da eleição como o “propósito eterno de Deus”. Aqui não há eleição no tempo e o artigo sobre o arrependimento e a fé liga esta confissão ao ensino que o eterno propósito eletivo de Deus foi incondicional. Diz:

“Cremos que o arrependimento e a fé são deveres sagrados e também graças inseparáveis operadas em nossas almas pelo Espírito regenerador de Deus”.

Então o artigo sobre a regeneração fala do arrependimento e da fé como frutos da regeneração.

Nenhum negador da eleição incondicional pode aceitar qualquer desse postulados, os quais só se harmonizam com a eleição incondicional. Todos os negadores da eleição incondicional crêem que o arrependimento e a fé são no mínimo, logicamente, se não cronologicamente, anteriores à regeneração.

(3). Outras confissões

Segundo o Prof. W. J. McGlohtniel, eleição incondicional está ensinada em alemão, francês, belga, suíço, dinamarquês, húngaro e confissões batista russas. Vide “Baptist Confessions of Faith”, pág. 334.

3. PREGADORES E ESCRITORES BATISTAS REPRESENTATIVOS

J. W. Porter, pregador eminente, redator, autor e erudito: “1. A eleição teve lugar na eternidade. 2. Foi uma eleição individual. 3. Baseou-se inteiramente na boa vontade de Deus e não no mérito previsto dos eleitos”.

F. F. Gibson, evangelista e pastor da maior igreja batista de Kentucky, a igreja de Walnut Street em Louisville: “Primeiro, a eleição é pessoal. Segundo, a eleição é eterna. Terceiro, a eleição não foi em vista de fé ou boas obras previstas”.

Roy Mason (Tampa, Fla.), redator de “Faith and Life” autor de “The Church that Jesus Built”; - “Deus, em graça soberana, agindo sobre fundamentos bons e justos, conhecidos só dEle, na eternidade, antes da fundação do mundo, escolheu certas pessoas para Si mesmo dentre a raça humana. Ao mesmo tempo em que Deus elegeu incondicionalmente esses para a vida eterna, da mesma maneira ordenou o meio suficiente para trazer os eleitos no tempo a um conhecimento salvador dEle mesmo. Esta eleição não é aparte de Cristo, mas é em Cristo e o fim (a salvação dos eleitos) está

inseparavelmente ligado com os meios ordenados por Deus para fazer acontecer a coisa ordenada”. (De uma carta ao autor).

David Burris, redator de “Baptist Sentinel” Oakdale, Tenn.; – “O propósito da eleição não pode ser condicionado sobre qualquer mérito ou fé dos escolhidos, uma vez que não há tal mérito. Isto é especialmente verdadeiro desde que a fé do homem está prevista somente como o resultado da obra da graça de Deus... A fé, como efeito da eleição, não pode ser ao mesmo tempo a causa da eleição” (The Baptist).

R. A. Venable: - “Não posso concordar com eles (Metodistas) quanto à doutrina da eleição e predestinação. Eles sustentam que a eleição de Deus para a salvação baseou-se na Sua presciência; que Deus previu que alguns creriam e a todos quantos Ele soube que creriam Ele elegeu para a salvação. A soberana vontade de Deus nada teve a ver em decidir Sua graça elegente. Isto creio eu estar tanto contra a razão como contra a revelação”. (Why Baptist and Not Methodist, in Baptist Why and Why Not, pág. 123, published by Baptist Sunday School Board, Nashville, Tenn).

Robert Watts, Belfast. Ire., em artigos escritos a pedido de T. T. Eaton, publicados no Western Recorder durante a redatoriedade de Eaton, publicados mais tarde em livro pelo Baptist Book Concern: - “A favor do calvinismo pode-se pretender que é o sistema doutrinário deduzido das Escrituras”. E mais além, ao falar da noção arminiana de eleição estar baseada na fé prevista. – “Não está manifesto que tal noção tira o governo de Seus agentes morais fora das mãos de Deus? e ela não o apresenta como ocupando a posição de um mero espectador, cuja linha de ação se determina pelas criaturas de Sua criação?” (Sovereignty of God, pág. 63, 128).

J. B. Moody, autor de mais quarenta livros, aos noventa e cinco anos, disse: “A eleição para a salvação é soberana, eterna, incondicional, com meios e agências predestinados para assegurar os esponsais de uma noiva e torná-la esposa do Cordeiro, vicariamente redimida” (The Plan and Way of Salvation, pág. 5).

D. F. Estes, em “New Testament Theology”, pág. 180: - “Sobre que depende esta escolha divina nunca se faz depender de uma escolha prévia do homem por Deus, mas faz-se antecipar à ação do homem.”

D. B. Ford, ao comentar Romanos 8:29: Que... a eleição... não depende da presciência de Deus de nossa fé ou bondade é também evidente da declaração do ... apóstolo, que somos escolhidos em Cristo “antes da fundação do mundo para que fossemos santos.” Vide Efésios 1:4” (American (Baptist) Commentary on the New Testament).

A. N. Arnold, ao comentar a mesma passagem: “Esta presciência não deve ser explicada como a presciência meramente do seu arrependimento e fé futuros, porque isso faria do seu arrependimento e fé a causa e não, como verdadeiramente são, a consequência de sua pré-ordenação. Vide 1 Coríntios 4:7” (An American (Baptist) Commentary on the New Testament).

Alvah Hovey, redator geral do mentário supra, citado por Strong: “As Escrituras nos proibem de achar razões para eleição na ação moral do homem antes do novo nascimento e meramente nos enviam à vontade e misericórdia soberanas de Deus, isto é, elas ensinam a doutrina de eleição pessoal” (Systematic Theology, pág. 427).

W. T. Conner (Southwestern Seminary), autor de “The System of Christian Doctrine”, diz: “Na doutrina da eleição quer dizer que Deus salva em prossecução de um propósito eterno. Isto inclui todas as influências do Evangelho, a obra do Espírito e assim por diante, que guiam o homem a arrepender-se dos seus pecados e aceitar a Cristo. Tanto quanto a liberdade do homem está em jogo, a doutrina da eleição não quer dizer que Deus decreta salvar um homem independente de sua vontade: antes significa que Deus propõe guiar um homem numa tal direção que ele aceitará livremente o Evangelho e será salvo”.

B. H. Carroll, no Comentário em Efésios, pág. 79: “Ordenar é decretar, e a pré-ordenação é um decreto antemão. Quem foi ordenado? Os indivíduos que foram escolhidos. Para que foram eles ordenados? Para adoção como filhos. Por meio de quem

foram eles adotados como filhos? Por meio de Cristo. Segundo que foi esta pré-ordenação de adoção como filhos por meio de Cristo? Segundo a boa vontade de Sua vontade. NÃO PODER SER SEGUNDO QUALQUER COISA EM NÓS; FOI ANTERIOR AO NOSSO SER”.

J. R. Graves, e, “The Seven Dispensations”, pág. 100: A semente de Abraão foram aqueles que tiveram a fé de Abraão, uma Semente Espiritual, - crentes; foram todos a quem Deus previu desde o princípio que creriam em Seu Filho, Jesus Cristo, e viriam a Ele. MAS, COMO A PRESCIÊNCIA DE DEUS DESCANÇA NO SEU DETERMINADO CONSELHO, ESTA “SEMENTE” SE COMPÕE DE TODOS, EM TODOS OS TEMPOS, A QUEM DEUS DETERMINOU SALVAR, E AQUELES NO TEMPO, DEUS EFICAZMENTE, POR SEU SANTO ESPÍRITO E SEM VIOLENTAR SUAS VONTADES OU AGÊNCIA MORAL, ATRAI A SEU FILHO”.

John Broadus, no seu comentário de Mateus 22:14: “Do lado divino vemos que as escrituras ensinam uma eleição eterna de homens para a vida eterna simplesmente pela boa vontade de Deus”.

J. M. Pendleton, em “Christian Doctrines”, pág. 107 e 108: “Alguns há que fazem da fé e das boas obras o fundamento da eleição; isto é, supõem que Deus elegeu o Seu povo porque Ele previu sua fé e boas obras. Esta idéia transpõe a causa e o efeito, pois faz a eleição dependentes da fé e das boas obras, enquanto a fé e as boas obras são escriturísticamente dependentes da eleição ... A idéia arminiana está sem fundamento na Palavra de Deus, porque a eleição é a fonte, única fonte, donde jorra a fé, santidade e as boas obras”.

E. C. Dargan, em “The Doctrines of Faith”, pág. 128: “Há condição à escolha de Deus? Ele escolhe porque Ele prevê que os homens se arrependerão, ou sob condição de fé? Não; ao escolher salvar homens Deus é soberano, livre, espontâneo, gracioso agindo por Sua própria iniciativa”.

A. H. Strong, em “Systematic Theology”, pág. 427: “A eleição é aquele ato eterno de Deus pelo qual, no seu soberano prazer, e por causa de nenhum mérito previsto neles,

escolhe a certos do número de homens pecadores para serem os recipientes da graça especial do Seu Espírito e assim para serem feitos participantes voluntários da salvação de Cristo”.

E. Y. Mullins, em “The Christian Religion in its Doctrinal Expression”, pág. 343: “Deus escolhe homens para a salvação por causa de suas boas obras ou porque Ele prevê que eles crerão no Evangelho quando lhes for pregado? Além de toda a dúvida Deus prevê sua fé e a fé é uma condição de salvação. A pergunta é se é também o fundamento da salvação. As Escrituras respondem negativamente a esta pergunta. O Evangelho é eficaz com uns e não com outros, porque a graça de Deus é operativa num caso além do grau de sua ação no outro”.

J. P. Boyce, em “Systematic Theology”, pág. 427: “Deus, do Seu próprio propósito, determinou desde a eternidade salvar um número definido da humanidade como indivíduos, não para ou por causa de qualquer mérito ou obra deles por qualquer valor para com Deus, mas de Sua própria boa vontade”.

4. A DECISÃO DE UM TRIBUNAL.

Alguns membros excluídos da Igreja Batista de Benton (Ky.), em maio de 1933, entraram com um processo para a posse da propriedade da igreja com fundamento de a igreja ter-se afastado da fé e da disciplina dos batistas. Baseou-se a queixa, em parte, no fato que a igreja adotara uma confissão de fé na qual ela estava acusada que o “Artigo N° 10 é segundo a ordem da Confissão de Fé de Filadélfia”. As Escrituras, bem como a posição histórica dos batistas, negam aos tribunais civis o direito de decidirem matérias eclesiásticas e a Igreja Batista de Benton nunca teria escolhido um semelhante tribunal. Mas, sendo levada ao tribunal pelos seus opositores, eles apresentaram ser o caso. Os opositores tiveram amplo tempo e oportunidade de apresentarem o seu. Claro que fizeram isto até ao verdadeiro limite de habilidade. Tiveram auxílio amplamente rude. A evidência toda junta abarcou seiscentas páginas de arquivos. Nenhuma questão de interpretação da Escritura foi considerada pelo tribunal. O processo foi todo quanto à questão da fé e prática batista conforme especificada na evidência. O sentimento público

foi contra a Igreja Batista de Benton. Por causa destas circunstâncias, a decisão do tribunal é uma vitória decisiva para a verdade e a prova convincente que os batistas mantêm a eleição incondicional. Esta decisão foi dada pelo juiz especial C. C. Grassham, de Paducah, Ky., a 1º de setembro de 1934 e está temperada com discrição e razoabilidade. É eminentemente digna de conservação como um documento da liberdade batista bem como um que sustém testemunho à fé histórica dos batistas. Diz em parte: “A Confissão de Fé de Benton não ensina fatalismo nem constitui um afastamento da fé ensinada pelas igrejas missionárias (batistas), segundo a prepondência da prova. Está abundantemente mostrado que a Confissão de Fé de Filadélfia não foi expressamente repelida, ou por essa matéria criticada pelas igrejas batistas do Norte ou do Sul e que muitas delas, mormente no Sul, ainda aderem à confissão de Fé original de Filadélfia.”

XVIII. A ELEIÇÃO CONFORME ESTABELECIDADA AQUI, É UMA DOUTRINA PROVEITOSA

A eleição incondicional provou-se nas vidas dos seus advogados. Os mais eminentes, os mais corajosos, os mais agressivamente missionários e os homens mais santos do mundo religiosos a sustentaram. A maior revolução religiosa da História – a reforma, foi operada por calvinistas. Os calvinistas forneceram quase todos os mártires. O arminianismo não gera o estofo de que os mártires são feitos: é construído mais sobre o sentimento e o sentimento nunca fez um mártir. “O que quer que haja de doutrina evangélica e de liberdade civil ou religiosa no mundo, deve-se abaixo de Deus, aos escritos e à pregação de calvinistas” (Rice, *God Sovereign and Man Free*, pág. 15). Durante a idade média a sã doutrina e a moralidade pura acharam um retiro nos contrafortes dos Alpes, foram admiravelmente dependidas e conservadas pelos waldenses e albingenses calvinistas” (ibíd, pág. 14). Do exército calvinístico de Cromwell diz Macaulay: “O que distinguiu o exército de Cromwell dos demais exército foi a moralidade austera e o temor de Deus que permearam todas as fileiras.” O esforço missionário mundial de hoje nasceu entre os calvinistas em ambos os hemisférios. Diz dele Spurgeon: “Por esta verdade faço uma peregrinação pelo passado ao passo que ando, vejo pai após pai, confessor após confessor, mártir após mártir, de pé para me darem a mão. Fosse eu um pelagiano ou um crente na vontade livre (no sentido errôneo), eu teria

de caminhar sozinho durante séculos: aqui e ali um herege, de caráter não muito honroso, podia erguer-se e chamar-me irmão, mas tomando essas coisas para serem os paradigmas de minha vida, vejo a terra dos antigos povoada por irmãos meus” (Sermons, Vol. 2, pág. 69). Considerando o passado imediato, achamos que todo batista digno ensinou a eleição incondicional.

A utilidade da eleição incondicional, como evidenciadas supra, está baseada no fato que:

1. ELA DÁ UMA IDÉIA EXALTADA DE DEUS.

Quando Moisés tinha dito a Israel da escolha soberana que Deus fizera dele, não por causa de qualquer coisa nele Israel, também disse: “Saiba, pois, que o Senhor teu Deus é Deus” (Deuteronômio 7:9). É um dos propósitos da eleição ensinar isto. O Deus dos calvinistas está “elevado e erguido” e a “terra toda está cheia de Sua glória” (Isaías 6:1,3). O Deus dos arminianos está constantemente tripudiado sob o pé dos homens e a terra inteira está cheia de sua derrota. Com o Deus dos calvinistas “todos os habitantes da terra reputam-se em nada; faz segundo à Sua vontade no exército do céu entre os habitantes da terras; ninguém pode deter Sua mão e dizer-Lhe: Que fazes?” (Daniel 4:35). Mas com o deus dos arminianos a terra está povoada de gigantes que são maiores do que ele é. Ele faz o melhor para cumprir sua vontade entre os homens, mas há! a vontade senhorial do homem é fortíssima para o seu deus. Sua mão está tristemente detida, porque tenta salvar todos os homens e, no entanto, só consegue salvar apenas uma minoria de adultos responsáveis. Ele não ousa discriminar entre os homens, porque então o homem soberbo podia corretamente desafiá-lo e exigir: “Que fazes?” Isto é na realidade o deus imaginário que o arminiano adora. Um Deus exaltado opera temor nos homens. Com um Deus semelhante o homem tenta grandes coisas e espera grandes coisas e também possui uma santa ousadia.

2. ELA ESTIMULA A FÉ.

Todas as questões envolvidas na eleição não podem ser arrazoadas à completa satisfação da mente carnal. Daí, a Palavra de Deus sobre a eleição deve ser aceita pela fé.

Quando alguém assim a aceita, descobrirá que a sua fé foi provada e revigorada. Um Deus exaltado também inspira fé indômita.

3. ELA PREPARA O CAMINHO PARA A ACEITAÇÃO DE OUTRAS VERDADES.

Quando alguém aceitou os mistérios da eleição pela fé, foi desviado da razão como padrão de sua fé e está então preparado para tomar a palavra de Deus sobre todo assunto sem indagação duvidosa.

4. ELA CONDUZ PARA COM A PREGAÇÃO DE TODO O CONSELHO DE DEUS

De maneira que muitos pregadores fazem da diplomacia o guia de sua pregação, em vez de buscarem a direção do Espírito Santo. A razão disto é que eles não possuem a fé para confiarem na benção de Deus sobre as porções de Sua Palavra que não são prontamente aceitas pelos homens em geral; mas, quando alguém aprendeu a crer e a pregar a eleição, aprendeu a confiar na benção de Deus sobre Sua palavra quando se calcula que ela provoque a oposição dos homens. Isto prepara o caminho para pregar-se outras muitas verdades necessitadas, mas indesejáveis.

5. ELA É A MAIS FORMIDÁVEL BARREIRA CONTRA O MODERNISMO.

Isto não é só verdade pelas razões já afirmadas: é também verdadeiro porque, tanto quanto o homem crê na sua impotência espiritual absoluta, por natureza, não pode negar, logicamente, a necessidade de uma revelação sobrenatural e uma intervenção sobrenatural para sua salvação. “A história da igreja cristã não proporciona um caso de uma seita sustentando as doutrinas dos Decretos Divinos e da Livre Agência do homem e rejeitando qualquer doutrina fundamental do cristianismo”. (Rice, *God Sovereign and Man Free*, pág. 18).

6. ELA OFERECE O FUNDAMENTO MAIS DURADOURO PARA SEGURANÇA DOS SALVOS.

Sem a eleição soberana a segurança dos salvos paira no meio do ar sem nenhum apoio lógico. E muitíssimos dos que têm negado a eleição soberana têm também negado

a segurança dos salvos. São coerentes. As duas permanecem juntamente e caem juntas, de um ponto de vista lógico.

7. ELA EXCLUI TODA A JACTÂNCIA E GERA HUMILDADE, GRATIDÃO E DEVOÇÃO.

Deus arranjou a dispensação de Sua graça de modo que a jactância está excluída (Romanos 3:27) e “que nenhuma carne se glorie diante de Deus” (1 Coríntios 1:29). Isto é alcançado através da concessão soberana de Sua graça aos Seus escolhidos pela Sua própria boa vontade e não para ou por causa de algo neles. Sob a eleição o crente não pode dizer mais do que “pela graça de Deus sou o que sou” (1 Coríntios 15:10). E, em resposta à pergunta: “Quem te fez a ti diferir” (1 Coríntios 4:7), o crente deve responder: “D e u s”. Só a eleição incondicional ensina isto. A eleição condicional dá ocasião ao homem de jactar-se. Segundo ela, o santo fez-se diferir do incrédulo; mas, segundo a eleição incondicional, a diferença entre o santo no santuário e o ébrio na sarjeta se deve inteiramente à eficácia da graça soberana de Deus. Este fato gera humildade e também gera profunda gratidão saber que Deus, pela Sua graça soberana e irresistível, nos salvou quando podia, em justiça a nós, nos ter deixado sofrer as conseqüências merecidas de nossos pecados nas chamas do gehena. Esta gratidão produz serviço devotado pela “fé operando por meio do amor” (Gálatas 5:6), pois “amamos, porque Ele primeiro nos amou a nós” (1 João 4:19).

8. ELA ENCORAJA O EMPREGO DE MEIOS.

Já acentuamos o fato que a eleição está inseparavelmente ligada aos meios ordenados por Deus para efetuarem a salvação dos eleitos. Vendo que os meios estão incluídos no plano de Deus, alegrar-nos-emos em usa-los se os nossos corações estiverem direitos com Ele. Temos então o encorajamento de sabermos que Deus abençoará sempre o nosso emprego dos meios quando somos dirigidos do Espírito Santo, porque o Espírito Santo jamais nos dirigirá doutro modo senão de acordo com o plano de Deus. É somente na base da eleição incondicional que Deus pode prometer que a Sua Palavra não voltará a

Ele vazia. E é assim que podemos saber que o nosso trabalho “não é vão no Senhor.” (1 Coríntios 15:58).

A doutrina da eleição incondicional, firmada no ajuste e conexão adequados, fará sempre missionários os crentes nela. Ela forneceu a Paulo o seu motivo missionário (2 Timóteo 2:10). Também a nós nos fornecerá o nosso, quando crermos toda a verdade a respeito dela. Não é estranho que todos os grandes líderes missionários pioneiros foram crentes na eleição incondicional.

9. ELA PREVÊ O MOTIVO CORRETO NA EVANGELIZAÇÃO.

Deus salva os homens para sua própria glória (Efésios 1:12). A glorificação de Deus, então, deveria ser o nosso primeiro motivo no evangelismo, mais do que livrar homens do inferno. É a eleição incondicional que imprime isto profundamente em nossos corações.

10. ELA PRODUZ EVANGELISMO SÃO.

Os da eleição condicional imaginam que Deus está fazendo o mais que pode para salvar o maior número possível. Por essa razão tornam-se obsedados em contar narizes e relatar números. Esta obsessão os leva a rodearem terra e céu em busca de profissões. E fazem o máximo de seus convertidos duas vezes mais filhos do inferno do que antes. Assim temos em nossas igrejas uma multidão de incircuncisos que fala a linguagem de Ashdod e constantemente cobiça as panelas de carne do Egito. O evangelismo inescriturístico e de alta pressão tem sido maior maldição singular que os batistas jamais sofreram.

A eleição incondicional nos ensina, como diz Alvah Hovey, que “Deus tem alguma outra razão além da de salvar tantos quantos possível pela maneira em que Ele distribui Sua graça”. Por essa razão os da eleição incondicional não vão após números senão simplesmente fazer a vontade de Deus. Como Paulo, eles “aturam tudo”, não por amor de números, mas “por amor dos eleitos, para que eles também obtenham a salvação que está em Cristo Jesus com glória eterna” (2 Timóteo 2:10). Por essa razão os da

eleição incondicional estão dispostos a ficar dentro do plano de Deus no evangelismo e “lutar licitamente”, sabendo que Deus pode executar Sua vontade e que nenhuma alta pressão humana é necessária, desde que ninguém pode vir a Cristo sem a atração soberana de Deus e desde que todos a quem Deus atrai virão pela pregação da Palavra de Deus. Assim os da eleição incondicional pregam a Palavra “a tempo e fora de tempo”, tanto pública como em particular, e então esperam em Deus no espírito de oração, pois sabem que é “Deus que dá o crescimento” (1 Coríntios 3:7).

11. ELA TENDE PARA A SALVAÇÃO DOS PECADORES.

A eleição não é especificamente para pecadores. A eles cabe pensar sobre sua necessidade, mais do que imaginar se foram eleitos ou não. Todo homem que vier a Cristo descobrirá que foi eleito; mas, ao passo que a eleição não é especificamente para pecadores em geral, contudo Cristo a pregou a pecadores endurecidos (Mateus 11:25,26; João 6:37, 44, 65, 10:26). E, se for pregada, pecadores a ouvirão na certa. Tendo-a ouvido, é melhor que se safe de suas desfigurações. Assim, loucura é falar de se não pregar a eleição a pecadores. C. H. Spurgeon, o maior evangelista moderno, pregou-a muitas vezes a pecadores e disse uma vez que nunca a pregou sem conversões. Quando devidamente apresentada, a eleição sendo a verdade de Deus, é proveitosa, mesmo a pecadores, como Deus aprovar usá-la. Ela tende para a salvação de pecadores nas seguintes maneiras:

(1). Ela tende a deslocar o pecador de toda esperança nos seus próprios esforços.

A eleição ensina que a salvação é inteiramente de Deus; daí, os esforços do homem de salvar-se por si mesmos são absolutamente fúteis. Assim observemos com Spurgeon: “Em primeiro lugar, a doutrina da eleição, aplicada pelo Espírito Santo, aniquila para sempre todos os esforços da carne. É objetivo da pregação arminiana fazer os homens ativos, - excita-los a fazerem o que puderem, mas o fim e o objetivo devidos da pregação do Evangelho é fazer os homens sentirem que eles não têm de si nenhum poder e larga-los cadáveres ao pé do trono de Deus” (Spurgeon’s Sermons, Vol. 8, pág. 235).

(2). Ela tende a despertar pecadores descuidados.

Há duas causas para falta de interesse dos pecadores a respeito de sua salvação. (1). Ou a mente do pecador está tão cheia de pensamentos das coisas mundanas que os pensamentos sobre a salvação se amontoam fora, ou (2) o pecador se conforta com o pensamento de que se virará para Cristo antes de morrer. A eleição é tão contrária à mente carnal que atravanca a mente da primeira classe de pecadores quando ela é pregada: eles não podem conserva-la fora uma vez ouvida. Quando uma vez na mente, a eleição prepara o caminho para a pergunta se o pecador individual é um dos eleitos ou não. Chegando a refletir sobre a pergunta, o pecador está pronto para a mensagem de como ele pode saber que é um dos eleitos. Essa mensagem é: “Crê no Senhor Jesus Cristo e serás salvo”. Uma contemplação da doutrina da eleição devera conduzir o pecador a dizer: “É assim? Estou eu absolutamente nas mãos de Deus? Pode Ele salvar-me ou condenar-me como quiser? Então clamarei a Ele: ó Deus! Salva-me da ira vindoura, do tormento eterno, do banimento da Tua presença! Salva-me, ó Deus! Que queres que eu faça? Oh! Que queres que eu faça, que eu possa achar favor e viver?” (Spurgeon’s Sermons, Vol. 8, pág. 239).

Então a eleição mostra à segunda classe de pecadores acima mencionada que eles não têm razão para esperar que possam voltar-se para Cristo na hora undécima, desde que a habilidade para voltar não está no homem por natureza. Isto os devera despertar a apresentar o pensamento e dirigir suas mentes pelo curso esboçado supra.

(3). Ela dá encorajamento ao pecador despertado.

Ela o faz nas duas seguintes maneiras como indicadas por Spurgeon:

A. “Somos todos prisioneiros, condenados a morrer. Deus, como soberano, tem o direito de perdoar a quem Lhe apraz. Agora, imaginai um número de nós encerrados numa célula condenada, todos culpados. Um dos criminosos diz a si mesmo: “Sei que não tenho razão para esperar ser livrado. Não sou rico. Se tivesse alguns parentes ricos... Podia ser achado louco e solto... Se eu tivesse a educação de alguns homens, podia contar com alguma consideração. Não sou um homem de prol ou posição; sou um homem sem

mérito e influência, logo não posso esperar que eu seja selecionado como um a ser salvo. Não; Creio que se as autoridades presentes de nossa sociedade fossem as pessoas a serem levadas em consideração, um homem que fosse pobre pudesse ter uma oportunidade muito escassa de esperar qualquer livramento gracioso; mas, quando Deus é o grande soberano, o caso é diferente; porque, quando argumentamos assim: Eis-me aqui, minha salvação depende inteiramente da vontade de Deus; há alguma oportunidade para mim? Notamos a lista dos que Ele salvou e achamos que Ele salva o pobre, o analfabeto, o ímpio, o ateu, o pior dos piores, as coisas vis e as desprezadas. Bem, que dizemos? Então por que Ele não me salva a mim? Por que não me salva? Se não devo procurar alguma razão em mim mesmo, porque devera salvar-me? Nunca acharei qualquer razão e, conseqüentemente, nunca terei esperança. Mas se é para eu ser salvo em razão alguma, sendo que Deus quer salvar-me, ah! Então há esperança para mim. Aproximar-me-ei do gracioso Rei; farei como Ele me ordena; confiarei no Seu querido Filho e serei salvo”. Assim esta doutrina abre a porta da esperança ao pior dos piores e as únicas pessoas a quem desencoraja são os fariseus, que dizem “Senhor, graças Te dou que não sou como os demais homens”. Estes espíritos orgulhosos que dizem: “Não; se não sou salvo por alguma coisa boa em mim mesmo, então serei condenado!” “como condenados serão, e com uma vingança, também” (Spurgeon’s Sermons, Vol. 8, pág. 236).

B. “Mais ainda, não vedes, caros amigos, como a doutrina da eleição conforta o pecador no assunto de poder? Sua queixa é: “Acho que não tenho poder para crer; não tenho poder espiritual de espécie alguma”. A eleição curva-se e segreda ao seu ouvido: “Mas, se Deus quer salvar-vos, Ele dá poder, dá vida, dá a graça;” portanto, desde que Ele deu poder e força a outros tão fracos como vós, porque não vós? Tenha coragem; olhe para a Cruz de Cristo e viva”. (Ibid. pág. 237).

Fim